

IIº Encontro Escravidão e Liberdade

no Brasil Meridional

13, 14 E 15 DE SET
PELOTAS • RS • BRASIL

2023





11º Encontro
Escravidão e
Liberdade no Brasil
Meridional

13 a 16 de
setembro de 2023

Universidade Federal de Pelotas

Caderno de Resumos

<https://www.escravidaoeliberdade.com.br>



11º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana de Souza Gomes Dias –
Universidade Federal de Pelotas
Aristeu Elisandro Machado Lopes –
Universidade Federal de Pelotas
Beatriz Gallotti Mamigonian –
Universidade Federal de Santa Catarina
Caiúá Cardoso Al-Alam – Universidade
Federal do Pampa
Claudia Daiane Garcia Molet –
Universidade Federal de Pelotas
Darlan de Mamann Marchi – Universidade
Federal de Pelotas
Fernanda de Medeiros Cunha –
Universidade Federal de Pelotas
Helen Osório - Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
Henrique Espada Lima – Universidade
Federal de Santa Catarina
Jaime Rodrigues – Universidade Federal de
São Paulo
Jonas Moreira Vargas – Universidade
Federal de Pelotas
Lorena Almeida Gill – Universidade
Federal de Pelotas
Lúcia Helena Oliveira Silva – Universidade
Estadual Paulista, Assis
Luís Augusto Ebling Farinatti –
Universidade Federal de Santa Maria
Regina Célia Lima Xavier – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul
Vinicius Pereira de Oliveira – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-rio-grandense
Wilian Junior Bonete – Universidade
Federal de Pelotas

COMITÊ CIENTÍFICO

Beatriz Gallotti Mamigonian –
Universidade Federal de Santa Catarina
Helen Osório - Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
Henrique Espada Lima – Universidade
Federal de Santa Catarina
Jaime Rodrigues – Universidade Federal de
São Paulo
Lúcia Helena Oliveira Silva – Universidade
Estadual Paulista
Regina Célia Lima Xavier – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Grupo de Pesquisa “A Experiência dos
Africanos e seus Descendentes no Brasil”
(CNPq)
Programa de Pós-Graduação em
História/UFPel
Núcleo de Documentação História da
UFPel
Universidade Federal de Pelotas

INSTITUIÇÕES APOIADORAS

Departamento de História e Programa de
Pós-Graduação em História/UFSC
Departamento de História/UFRGS
Departamento de História e Programa de
Pós-Graduação em História/UNIFESP
Departamento de História e Programa de
Pós-Graduação em História/UNESP-Assis
Universidade Federal de Santa Maria
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-rio-grandense
Universidade Federal do Pampa

CADERNO DE RESUMOS:

PREPARAÇÃO, REVISÃO E

DIAGRAMAÇÃO – Jaime Rodrigues e Laís
Charleaux



Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (11. : 2023 : Pelotas-RS - UFPel).

11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (recurso eletrônico): caderno de resumos / organizadores: Beatriz Gallotti Mamigonian, Helen Osório, Henrique Espada Lima, Jaime Rodrigues, Lúcia Helena Oliveira Silva, Regina Célia Lima Xavier. – Dados eletrônicos – 1º ed., Pelotas: PPGH/UFPel, 2023. 61 p.

Evento realizado na Universidade Federal de Pelotas, no período de 13 a 16 de setembro de 2023.

E-book (PDF)

ISBN 978-65-00-76926-5

1. História – Brasil – Congressos. I. Beatriz Gallotti Mamigonian. II. Helen Osório. III. Henrique Espada Lima. IV. Jaime Rodrigues. V. Lúcia Helena Oliveira Silva. VI. Regina Célia Lima Xavier. VII. Título

CDU: 981

CAPA: A imagem, produzida por Ana Paula Langone, representa espaços da paisagem urbana e da história negra de Pelotas: o Mercado Público, a Prefeitura Municipal, a Bibliotheca Pública, a Fonte das Nereidas, a Charqueada São João, o antigo Engenho Pedro Osório e a Ponte dos Dois Arcos. Homenageia ainda oito personalidades: Mestra Griô Sirley Amaro, Mestre Baptista, Giamarê, Mestre Griô Dilermando de Aguiar, Giba, Luciana Lealdina de Araújo, Juvenal Moreno Penny e Rodolpho Xavier.



SUMÁRIO

Apresentação	5
Quadro geral da programação	7
Locais das atividades.....	8
Programação e resumos	9
Índice de autores, comentadores e conferencistas.....	57



APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa *A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil*, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e o Núcleo de Documentação Histórica “Profª Beatriz Loner” da Universidade Federal de Pelotas anunciam a realização do *11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, que acontecerá nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023, na UFPel. Neste ano, o Encontro retorna à modalidade presencial e contará em sua programação com duas conferências, duas mesas-redondas, apresentações de comunicações, pôsteres e atividades culturais.

Pelotas é uma cidade negra marcada por seu passado escravista de exploração de trabalhadoras e trabalhadores escravizados nas charqueadas e em várias outras atividades. Pelotas é uma cidade negra devido ao legado de seus antepassados e das ações, lutas e organizações de seus descendentes no pós-Abolição, o que repercute não somente na sua história como também



no seu presente. Personalidades negras são homenageadas no nosso cartaz. Este é um dos motivos para a escolha de Pelotas e da UFPel para sediar o

11º Encontro. Outra razão fundamental para a escolha da sede é que esta foi a casa da professora Beatriz Loner, pesquisadora de grande destaque na área, integrante do grupo de pesquisa, fundadora do NDH/UFPel e participante dos *Encontros* desde sua primeira edição. O 11º Encontro contará, em sua programação, com uma mesa-redonda para celebrar o legado de Beatriz aos estudos sobre escravidão e o pós-Abolição.



QUADRO GERAL DA PROGRAMAÇÃO

	13/09 (quarta-feira)	14/09 (quinta-feira)	15/09 (sexta-feira)	16/09 (sábado)
08:30 – 9:30	Início do credenciamento	Apresentação de pôsteres	Apresentação de pôsteres	10h: Caminhos negros 14h: Visita guiada ao centro histórico
9:15 – 9:30	<i>Coffee break</i>	<i>Coffee break</i>	<i>Coffee break</i>	
9:30 – 12:00	Sessões de comunicações (1 – 3)	Sessões de comunicações (8 – 11)	Sessões de comunicações (16 – 18)	
	Almoço	Almoço	Almoço	
13:45 – 15:45	Sessões de comunicações (4 – 7)	Sessões de comunicações (12 – 15)	Sessões de comunicações (19 – 22)	
15:45 – 16:00	<i>Coffee break</i>	<i>Coffee break</i>	<i>Coffee break</i>	
16:00 – 17:45	Mesa-redonda: Homenagem a Beatriz Loner	Mesa-redonda: Balanço 20 anos de E&L	Mesa-redonda: Epistemologias geracionais de mulheres quilombolas	
18:00 – 18:45	Atividade cultural	Lançamento dos filmes: <i>Axerô</i> e <i>Em Nome de Cruz e Souza</i>	Lançamento de livros Premiação de pôsteres	
19:00 – 21:00	Abertura oficial Conferência de abertura	Conferência	Atividade cultural Jantar	

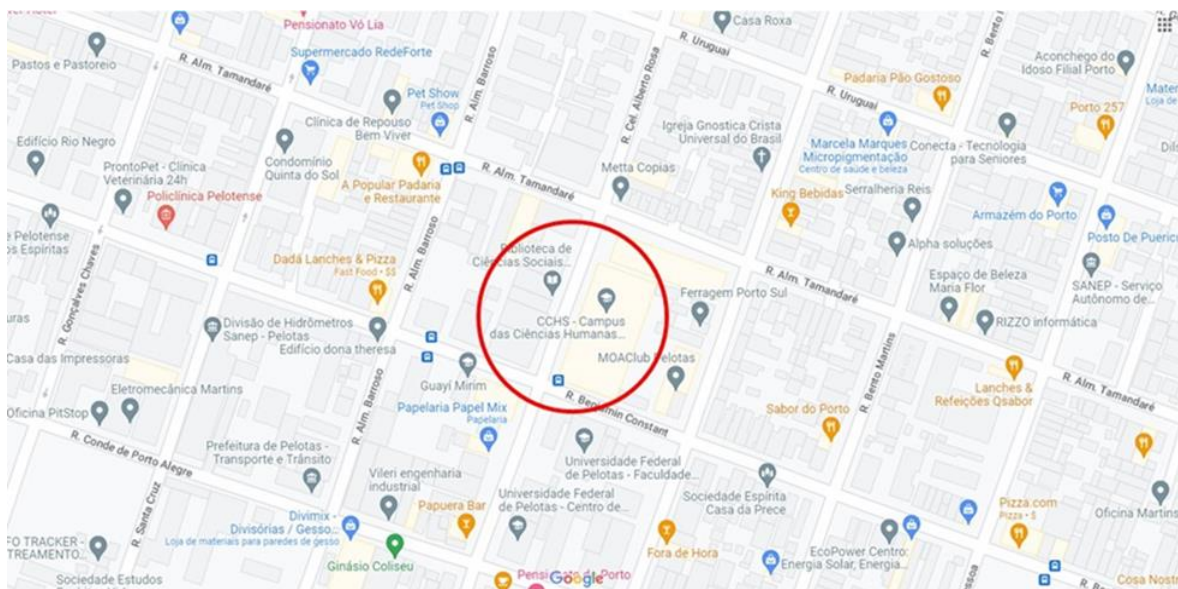


LOCAIS DAS ATIVIDADES:

Campus das Ciências Humanas e Sociais (CCHS)

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CEHUS): segundo andar da Biblioteca de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Humanas (ICH): Rua Alberto Rosa, 154





PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

13/09/2023 – 8h30-9h30

Credenciamento

13/09/2023 – 9h15-9h30

Coffee break

13/09/2023 – 9h30-12h

Sessões de comunicações (mesas 1 a 3)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 01 (Auditório CEHUS) ABOLICIONISMO E ABOLICIONISTAS

- Comentador: *Alex Andrade Costa (Universidade Federal da Bahia)*

Movimento Abolicionista em Porto Alegre: análise da obra de Joaquim de Salles Torres Homem

- *Gislaine Borba Ramos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

O movimento abolicionista de Porto Alegre, assim como o de outros locais do Brasil, pode ser observado a partir das publicações na imprensa local, em que ações como eventos para arrecadação de fundos e também a concessão de liberdade através das alforrias com ou sem cláusulas de prestação de serviços sempre homenageiam seus sentimentos humanitários. A luta pela liberdade dos escravizados e suas redes de apoio e ajuda mútua, assim como as suas diferentes formas de resistências, não aparecem nestas publicações. Os abolicionistas são retratados como tendo protagonismo exclusivo neste processo. A presente comunicação pretende abordar o movimento abolicionista de Porto Alegre através da obra publicada em 1888, *Apontamentos para a História do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul*, de Joaquim de Salles Torres Homem, que visava a exaltar os grandes feitos dos abolicionistas e seus sentimentos filantrópicos ao se unirem para libertar toda a província do Rio Grande do Sul da mancha da escravidão em sua história. Construindo uma narrativa oficial sobre a questão do abolicionismo e a forma como foi sendo difundido por toda a província, esta obra de Torres Homem procura apontar o protagonismo desses sujeitos, reivindicando para si um pioneirismo do fim da escravidão na província ainda em 1884 que não pode ser corroborado pelas fontes, visto que boa parte dessas liberdades foram concedidas mediante contrato de prestação de serviços.

A *Sociedade Humanitária Emancipadora Penedense* e as cartas de alforria nas últimas décadas da escravidão.

- *Luana Teixeira (Universidade Federal de Alagoas)*

Em fins de 1869, foi fundada na cidade do Penedo, sul de Alagoas e principal porto fluvial do Baixo São Francisco, a *Sociedade Humanitária Emancipadora Penedense*, uma das primeiras do gênero criadas no Brasil. A existência da sociedade é mencionada por historiadores locais, mas ainda pouco se sabe sobre a conjuntura específica que levou



à fundação e como se deu seu funcionamento. Em pesquisa realizada sobre padrões de alforrias em Penedo, foram encontrados dados que apontam para as atividades da *Sociedade* e permitem levantar algumas hipóteses acerca do porquê uma cidade do interior de uma das menores províncias do Império foi o berço de uma das primeiras sociedades desse tipo no Brasil. Parte das explicações parece residir em um evento pouco comentado na historiografia sobre a abolição no Brasil: o processo de manumissão empreendido pelas ordens religiosas entre 1866 e 1871, dentre elas a Ordem Beneditina, que possuía uma grande fazenda produtora de gado nos limites do município do Penedo. A partir desse caso, serão pontuadas algumas discussões teóricas e metodológicas relacionadas aos estudos sobre alforria: os contextos locais que diferenciam os padrões das manumissões e as suas consequências para as análises comparativas, a pluralidade de categorizações aplicadas nas investigações e, por fim, os termos que definem essas categorizações.

Eduardo Carigé e as *Cartas aos Concidadãos*: memórias da campanha abolicionista na Bahia (1880-1888)

- *Ricardo Tadeu Caires Silva (Universidade Estadual do Paraná)*

Neste trabalho, procuro discutir as memórias escritas pelo abolicionista baiano Eduardo Carigé (1851-1905) nos meses que se seguiram à Abolição da escravatura. Publicadas no *Diário da Bahia*, principal jornal liberal baiano da segunda metade do século XIX, as cartas tinham o intuito de informar ao público baiano o papel desempenhado pelo referido abolicionista na fase final da campanha que pôs fim ao cativeiro no Brasil. Em especial, almejava o autor defender-se das acusações de que havia enriquecido com a campanha abolicionista ao se apropriar indevidamente das economias dos escravizados – acusação que, aliás, era muito frequentemente desferida aos abolicionistas radicais. As seis cartas foram publicadas separadamente entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889 e tratam de assuntos diversos, tais como: a entrada de Carigé no movimento abolicionista; sua veiculação junto à Sociedade Libertadora Bahiana; a atuação em alguns órgãos da imprensa provincial; a parceria com o juiz Amphilophio de Carvalho na moção de ações de liberdade com base na lei 7 de novembro de 1831; o papel dos *clubs* abolicionistas baianos; a defesa do abolicionista Cesário Mendes em Cachoeira, dentre outros. Ao tecer suas considerações sobre a fase final da campanha abolicionista na Bahia, Eduardo Carigé nos fornece importantes pistas para a compreensão do papel desempenhado por diferentes atores políticos e instituições nos momentos finais da luta contra a escravidão na província da Bahia.

Notas sobre *L'affranchissement des esclaves de la province de Ceara au Brésil (A libertação dos escravos da província do Ceará, no Brasil)*, de José do Patrocínio.

- *Mariana Almeida Assunção (Secretaria de Educação do Estado da Bahia)*

O abolicionista José Carlos do Patrocínio escreveu um artigo sobre a Abolição no Ceará em 25 de Março de 1884, cujo título é *L'affranchissement des esclaves de la province de Ceara au Brésil* ou *A libertação dos escravos da província do Ceará, no Brasil*. Foi originalmente escrito em francês, impresso no mesmo idioma e publicado no Rio de Janeiro, no jornal *Gazeta da Tarde*, com a intenção de homenagear o pioneirismo da província cearense em banquete realizado em Paris para personalidades e convidados,



sob a organização e convite do abolicionista. Este texto versa sobre o artigo: propôs uma tradução e uma transcrição, além de tecer comentários através de algumas notas. Antes, porém, traça um breve esboço da trajetória de José do Patrocínio, da visita dele ao Ceará e da relação com o movimento abolicionista cearense, em especial com Francisco José do Nascimento.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 02 (Miniauditório 1 CEHUS) ESCRAVIZAÇÃO E TRÁFICO NOS REGISTROS DE NASCIMENTO

- Comentador: *Thiago Campos Pessoa (Bolsista da Biblioteca Nacional)*

“A 24 do corrente, foram declarados livres, na pia do batismo”: entradas para a liberdade e padrões de alforrias em Campinas, séculos XVIII e XIX

- *Talison Mendes Picheli (Universidade Estadual de Campinas)*

O município de Campinas passou por intensas transformações econômicas, demográficas e sociais desde sua fundação, no século XVIII. Antes um vilarejo com poucos habitantes e economia voltada para a produção de subsistência, a região tornou-se, no decorrer do Oitocentos, um típico centro de *plantation*, dependente da mão de obra de homens e mulheres escravizados. Ainda que muitas dessas pessoas tenham vivido e morrido sob o jugo do cativo, algumas delas conquistaram, às custas de muito empenho, um novo *status* jurídico, o de libertos e libertas, por meio das manumissões. Uma das principais portas de entrada para a liberdade no Brasil escravista, o processo das alforrias foi bastante variado e assumiu características diversas, a depender da região, período e fonte em que eram registradas. Nesta comunicação, pretendo examinar a dinâmica das alforrias que foram inscritas nos livros paroquiais de duas freguesias campineiras entre os anos de 1774 e 1871. Um dos objetivos desta apresentação é discutir a frequência dessas manumissões, bem como as condições impostas à sua obtenção e a forma como foram lavradas na documentação eclesiástica. Com isso, busco, por um lado, mostrar os padrões das alforrias ao longo do tempo e, por outro, discorrer sobre os significados atribuídos a esse processo pelos diferentes sujeitos que dele fizeram parte. Por fim, a partir de outros estudos, procuro também examinar a dinâmica das alforrias de pia em conjunto com aquelas registradas em outras fontes de acesso à liberdade, contribuindo, assim, para uma visão mais ampla desse fenômeno na região.

O registro de batismo como fonte para a construção de estrutura de posse escrava (Porto Feliz, São Paulo, 1850-1887)

- *Carlos Santos da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

Pesquisadores diversos lançaram mão de documentos variados para aferir a posse escrava na América portuguesa e no Brasil imperial: listas nominativas de habitantes, inventários *post-mortem*, rol de confessados, registros de batismo, lista de classificação de cativos etc. Assim, foi possível verificar a disseminação ou não da posse de cativos e o padrão de concentração pelos níveis senhoriais: pequenos, médios e grandes senhores. Entretanto, nem sempre os pesquisadores têm à sua disposição listas nominativas ou inventários, mas, por vezes, contam com registros batismais que podem ser utilizados para a criação de estimativas sobre o plantel senhorial, principalmente com a digitalização das fontes presente no *site FamilySearch*. Ademais, parece-me que os



registros paroquiais de batismos viabilizam maior imersão no mundo senhorial. Isto porque nos possibilita aferir a posse escrava de senhores que possuíam apenas um cativo e que, por não ser abastado, às vezes chegava ao fim da vida já sem escravizados. Para tal, faz-se necessária a construção de banco de dados no Excel, aferindo todos os cativos que estavam presentes nos registros de batismos de escravos, nas condições de batizando, mãe, pai, padrinho ou madrinha. Foram excluídos nomes repetidos, exceto quando havia a certeza de se tratar de pessoas diferentes. Para confirmar se são ou não senhores (quase) homônimos, atina-se ao título/cargo e às formas de tratamento: capitão, tenente, dona. Igualmente, observa-se as escravarias que apresentavam nomes de mães e pais escravos repetidos, as sociabilidades dos senhores de escravos e mesmo a repetição dos nomes dos padrinhos e das madrinhas.

Tráfico, batismos e o complexo pecuária-charqueada

- *Marcelo Santos Matheus (Instituto Federal do Rio Grande do Sul)*

Esta comunicação tem como foco a análise do tráfico de africanos escravizados para o Rio Grande do Sul entre 1780 e 1850. Para tanto, exploramos os registros de batismo das capelas das duas regiões que formavam o complexo pecuária-charqueada, cuja produção estava conectada a circuitos mercantis mais amplos. Assim, propomo-nos a investigar quantos escravos africanos foram levados às pias batismais, procurando responder: os batismos servem para o estudo desse processo? Para tanto, verificamos o percentual de africanos (frente aos nascidos no Brasil) batizados, o sexo dos mesmos, de que macrorregiões do continente africano eram originários, bem como quais nações mais aparecem nos registros. No geral, foram coletados mais de 14 mil registros de batismos. De antemão, é possível afirmar que o percentual de batizados nascidos no Brasil era muito superior ao de africanos, mesmo em localidades onde, conforme os censos demográficos, o número de africanos era maior. Da mesma forma, entre os africanos, havia um predomínio de homens e, também, de batizados de nações da África Central (Congo, Benguela, Cabinda, etc.), embora o percentual de Mina/Nagôs não seja desprezível, especialmente a partir de meados da década de 1830. Por fim, na falta de documentação mais apropriada, podemos considerar que, sim, os batismos são fontes preciosas para o estudo do tráfico de africanos, pois tais documentos abrem janelas não apenas para averiguar o número de africanos que foram vítimas desse processo, mas também algumas particularidades sobre os mesmos, como a quais macrorregiões/culturas pertenciam.

Escravidão e tráfico na Província Cisplatina e República do Uruguai: uma análise a partir dos registros de batismo da paróquia Inmaculada Concepción de Montevideo (1821-1842)

- *Jonas Moreira Vargas (Universidade Federal de Pelotas)*

O processo de independência no Vice-Reinado do Rio da Prata apresentou os primeiros projetos e debates a respeito da proibição do tráfico transatlântico, da liberdade do ventre e da própria abolição da escravidão. Contudo, no caso da Banda Oriental, tais medidas só foram efetivamente tomadas décadas mais tarde. Uma das causas foi a constante ocupação luso-brasileira e os interesses escravistas na região. Em 1825, os líderes da independência declararam o fim do tráfico, mas foi somente em



setembro de 1830, com a Constituição da República Oriental do Uruguai, e em julho de 1837, com uma Lei que regulamentava a entrada de cativos no país, que esse comércio foi efetivamente proibido, muito embora continuasse ocorrendo ilegalmente até os anos 1840. O trabalho propõe a utilização dos registros de batismo da paróquia Inmaculada Concepción de Montevideo, entre 1821 e 1842, para conhecer um pouco mais sobre a escravidão e o tráfico legal e ilegal na região. A partir da análise da fonte, é possível verificar tanto os batismos de recém-nascidos, o nome de sua mãe, seus proprietários, padrinhos e madrinhas, quanto o de africanos adultos recém chegados. A partir das informações referentes ao sexo, idade, grupo de procedência ou nação, é possível traçar um perfil dessa população cativa. Os dados evidenciam a contínua entrada de africanos adultos escravizados após a Constituição de 1830, configurando a permanência do tráfico de forma ilegal. Os resultados serão cotejados com os *padrones* populacionais e o número de colonos africanos estudados por Alex Borucki. Uma comparação com as paróquias de Minas (Uruguai), Rio Grande e Pelotas também será realizada, a fim de perceber se o perfil desse comércio, entre 1821 e 1842, foi o mesmo em toda a fronteira ou se guardava singularidades por conta das distintas redes do tráfico.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 03 (Miniauditório 2 CEHUS) ESCRAVIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO SOCIAL

- Comentadora: *Regina Xavier (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas no século XVIII

- *Gian Carlo de Melo Silva (Universidade Federal de Alagoas)*

A presente proposta tem o ensejo de apresentar os primeiros resultados do projeto *História da Escravidão e da Sociedade em Alagoas - Séculos XVI ao XIX - Documentos Históricos*. Vamos abordar a presença de africanos e seus descendentes na Alagoas no século XVIII e início do XIX através de fontes encontradas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e no Arquivo Público de Alagoas (APA), que compreendem inventários, testamentos e fontes de origem eclesiástica como o rol de confessados. Nesta multiplicidade, buscamos identificar onde estavam inseridos os homens e mulheres negros em Alagoas nas regiões voltadas para produção açucareira e de abastecimento de gêneros como o fumo. Referimo-nos a especificamente a locais como Porto de Pedras, Porto Calvo, Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul e Santa Luzia do Norte, espaços que até o momento são contemplados nas fontes. Entre os primeiros resultados, encontramos uma predominância de africanos da região de Angola, seguidos de Costa da Mina ou somente Guiné em períodos mais remotos, corroborando a existência de uma estreita ligação entre as duas costas atlânticas com a capitania de Pernambuco e a primazia da praça do Recife no contexto do comércio de escravizados. Além dos africanos, conseguimos identificar a presença de descendentes destes com diversas condições, alguns ainda escravizados e outros com alforria ou já nascidos livres. O projeto ainda irá avançar: até agora, foi compilado apenas 10% do acervo previsto, devido à separação de suas épocas, que avança até finais do XIX.



Linguagem e categorias da escravização afro-indígena

- *Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)*

Retomando trabalho anterior sobre categorias raciais (*Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003), essa apresentação investiga um conjunto de palavras construídas pelo processo colonial como categorias da escravização afro-indígena e, conseqüentemente, dos mecanismos históricos do racismo assentados na linguagem. O conceito de escravização afro-indígena aponta como a ação colonial face aos povos originários e aos africanos escravizados foi articulada, inclusive produzindo hostilidades mútuas, como poderá ser observado em alguns dos termos selecionados. Tapanhunos, carijós, canhambolas, melandutôs (ao lado daqueles mais conhecidos como índios, negros, pardos, brancos), mais do que palavras, são categorias de linguagem que inventam conjuntos necessários à colonização escravista. A apresentação pretende também discutir alguns aspectos da dimensão linguística do colonialismo (ainda em curso) no qual a língua portuguesa/língua nacional se apropria das diversidades linguísticas americanas e africanas. Além da historiografia selecionada (com destaque para trabalhos como os de Stuart Schwartz, John Monteiro e Silvia Lara) e do diálogo interdisciplinar com a linguística, vocabulários históricos e outros exemplos documentais em que os termos ocorrem serão analisados.

Trabalhadores da pecuária, população escravizada e população indígena nas regiões de pecuária do extremo-sul do Brasil através dos registros de batismo (c.1820- c.1850)

- *Luís Augusto Ebling Farinatti (Universidade Federal de Santa Maria)*

Ao longo da primeira metade do século XIX, a área que hoje constitui a região da Campanha no Rio Grande do Sul tornou-se a principal zona pecuária do Império do Brasil. Entre outras conexões mercantis, a região produzia gado em pé para as charqueadas do litoral, que por sua vez abasteciam de carne salgada os portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. O charque era um item de grande importância na alimentação de trabalhadores escravizados das zonas de agro exportação e de populações urbanas. Nas últimas décadas, diversos trabalhos mostraram a importância que os trabalhadores escravizados tiveram nessa produção pecuária. Empregados ao lado de trabalhadores juridicamente livres, eles constituíam parte estrutural das grandes estâncias pecuárias e também estavam presentes em médias e pequenas unidades produtivas. Por sua vez, entre os peões livres presentes na pecuária, uma historiografia anterior, sobretudo baseada em relatos de viajantes, apontou a importância da presença de indígenas. Este trabalho propõe investigar as diferentes composições da presença de população escravizada e de população indígena, sobretudo egressa dos 30 povos das Missões, nas diferentes capelas e paróquias da região, ao longo da primeira metade do Oitocentos. São estudadas áreas dos municípios de São Borja, Alegrete, Santana do Livramento, São Gabriel e Bagé. As principais fontes utilizadas são os registros de batismo. Além de uma cartografia da presença dessas populações, esse procedimento permite lançar hipóteses sobre a importância da mão de obra escravizada de origem africana ou da mão de obra indígena nos diferentes municípios e, por conseguinte, na principal área de pecuária do Império.



13/09/2023 – 12h-13h45

Almoço

13/09/2023 – 13h45-15h45

Sessões de comunicações (mesas 4 a 7)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 04 (Auditório CEHUS) INFÂNCIA E ESCRAVIZAÇÃO

• Comentadora: *Lúcia Helena Oliveira Silva (Universidade Estadual Paulista, Assis)*
Meninas trabalhadoras em páginas impressas: a vulnerabilidade da infância nos últimos anos da escravidão (1884-1886)

• *Daniela Magalhães da Silveira (Universidade Federal de Uberlândia)*

Notícias sobre crianças compunham os jornais fluminenses dos últimos anos da escravidão. Entre acidentes domésticos e denúncias de violência, os casos envolvendo meninas se sobressaíam. Além de estarem na primeira ou segunda página do jornal, elas apareceram também nos anúncios de pessoas que procuravam por trabalhadoras, com um vocabulário bastante específico. Eram chamadas de “negrinhas”, “pardinhas” ou “crioulinhas”. A pesquisa apresentada teve, assim, como principal objetivo, localizar essas notícias e anúncios, observando o quanto a escravidão e o racismo contribuíram para a escolha de instrumentos e formas de castigo, no vocabulário e nos modos de comportamento de diferentes mulheres. Buscar as histórias dessas meninas proporciona um maior conhecimento sobre redes de solidariedade e sobre a maternidade, tanto de mulheres brancas que anunciavam nos jornais como também de famílias que precisaram ser remontadas por causa da escravidão feminina. Argumento, portanto, que mulheres escravizadas passaram por situações específicas e inventaram seus modos próprios de denunciar a violência sofrida, de fazer valer direitos conquistados e de legitimar famílias que fugiam aos padrões desejados. Quando jogamos luz sobre mulheres jovens ou mesmo crianças, torna-se evidente o esforço senhorial de reprodução daquilo que acontecia com as mães dessas meninas, mas também a agência feminina com tentativas de interromper aquele ciclo.

“Elos cativos”: estratégias de resistência, maternidade e infância em Rio Grande (séc. XIX)

• *José Ricardo Marques Resende Júnior (Universidade Federal de Pelotas)*

As famílias dos militares portugueses Thomaz Luís Osório e Manuel Francisco da Terra se uniram em 1824 no extremo sul da província de São Pedro, com o casamento de seus filhos Firmiano José Luís Osório e Joaquina Francisca da Terra. A última teve seu inventário aberto na cidade de Rio Grande no ano de 1847 e, entre seus bens, foram registrados 30 escravizados, mais da metade classificados como crianças de até 14 anos. A proposta desta comunicação é refletir sobre os elos dessa escravaria, pensando nas



relações de compadrio, suas estratégias para conquista da liberdade e seus vínculos afetivos. Tendo em vista a quantidade considerável de crianças e a potencialidade, a partir desse vestígio, da formação de famílias e todas as potências que residem nas possibilidades de novos horizontes conquistados a partir do afeto nas vidas dos escravizados durante o século XIX. A comunicação é parte de um capítulo da dissertação defendida pelo autor em 2021, que se utiliza de inventários *post-mortem*, batismos, cartas de alforria e processos-crime para investigar as trajetórias das crianças escravizadas no extremo sul do Império.

Mordendo a mão de seu benfeitor: Luiz Antonio da Silva Henriques “por alcunha” Luiz Mandy e o processo de manutenção de sua liberdade (1851-1871)

- *Francisca Raquel da Costa (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí)*

O trabalho busca apresentar a trajetória de vida de Luiz Antonio da Silva Henriques, mais conhecido como Luiz Mandy, através do processo de manutenção de sua liberdade iniciado na cidade de Parnaíba-PI. Objetivamos suscitar proposições por meio da análise sobre as circunstâncias que levaram à tentativa de reescravização desse sujeito, que no ano de 1851 dá início a um processo de manutenção da liberdade o qual lhe conduzirá a uma luta árdua com o seu pretense senhor, José Francisco de Miranda Ozório, contra a sua reescravização. A intenção aqui é observar como se deu a construção dos conceitos de liberdade naquela sociedade, assim como analisar a experiência de liberdade vivenciada por Luiz Mandy. O que nos interessa são os fatos cotidianos que podem nos oferecer informações acerca da linha tênue existente entre a escravidão e a liberdade no Piauí do século XIX. O processo cível oferece instrumentos importantes, haja vista que a partir dele podemos analisar algumas das hipóteses levantadas no decorrer de nosso trabalho. Entre elas, o fato de a liberdade não ser um dado absoluto, mas sim algo que é construído cotidianamente. A pesquisa foi realizada no Arquivo Público do Estado do Piauí e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde foram coletadas principalmente as denúncias e o processo de manutenção da liberdade de Luiz Mandy. Outras fontes utilizadas foram os jornais, mais especificamente *O Piauí*, *A Época*, *O Publicador Maranhense* e o *Diário de Pernambuco*, todos pesquisados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 05 (Miniauditório 1 CEHUS) TRAJETÓRIAS ESCRAVIZADAS

- Comentador: *Paulo Roberto Staudt Moreira (Universidade Federal do Rio Grande)*

A “sorte” de Josefa Campos: a trajetória de uma escravizada, da compra da liberdade à acusação e condenação por assassinato do marido

- *Geza Lisiane Carús Guedes (Universidade Federal de Pelotas)*

A presente comunicação tem por objetivo revisitar a trajetória individual de Josefa Campos, o sentido de liberdade que forjou ao longo da vida e como as suas ações e a “sorte” mudaram os caminhos de sua (re)existência. Natural da Bahia, Josefa Campos, ainda muito jovem, foi comprada e enviada já escravizada para Pelotas-RS. A partir da análise de fontes tais como processos judiciais, artigos de jornal, revistas ilustradas,



cartas de liberdade e testamentos, foi possível mapear as redes de cooperação e parentesco que a escrava construiu antes e depois da compra de sua liberdade. No ano de 1881, a escravizada investiu suas economias no sonho de liberdade: comprou um bilhete da Loteria do Ipiranga-SP e foi premiada com 64:285\$714. De posse do dinheiro, comprou a própria liberdade, a de seu marido João Tupaberaba, da Costa d'África, de uma suposta filha e de outros da sua relação. Posteriormente, foi usurpada e acusada de envenenar o esposo, criando-se uma trama de manipulações que resultou na condenação de Josefa. Para a análise da trajetória de Josefa foi utilizada a Micro História, a qual auxiliou na compreensão do cotidiano de trabalho e relações sociais em que Josefa Campos estava inserida, antes e depois de ganhar o prêmio da loteria. A micro análise permitiu lidar com uma escala micro e, ao mesmo tempo, aprofundada do caso, com o mapeamento da compra das liberdades, aquisição de bens, dívidas e posterior encarceramento. As histórias e narrativas exploradas são entrelaçadas de representações das libertas, escravizadas e dos lugares por onde circulavam estas mulheres.

Hey por forro e livre da escravidão: a trajetória de Hilário de Freitas Antunes e a luta pela liberdade no Maranhão Colonial

- *Marinelma Costa Meireles (Instituto Federal do Maranhão)*

No ano de 1786, Hilário de Freitas Antunes recebeu carta de liberdade ao desembarcar no porto de Lisboa por meio do alvará de 19 de setembro de 1761, que concedia liberdade aos escravizados que chegassem ao reino. Para tanto, não havia necessidade de “outra carta de manumissão ou alforria”, apenas a emissão de certidões dos administradores e oficiais das alfândegas dos lugares onde aportassem. Hilário, agora liberto, permaneceu no Reino desenvolvendo suas atividades de prático e, frequentemente, viajava para a América Portuguesa, a bordo de importantes embarcações da Coroa. Iniciava-se, assim, um imbróglie entre ele e Feliciano dos Santos, seu antigo proprietário, cujo acerto de contas se daria cinco anos depois, deste lado do Atlântico, quando Hilário voltou ao Maranhão. A contenda envolveu autoridades locais e do reino, além de evidenciar indivíduos escravizados como agentes, demandando questões em espaços como a Justiça, a priori pensados para atender demandas do mundo branco, em consonância com os debates historiográficos que dão ênfase às condições de luta e resistência escravas. Esta comunicação objetiva discutir a trajetória Hilário, cujos conhecimentos de navegação lhe permitiram transitar entre a América portuguesa e a Europa, sem perder de foco o corolário da querela: a sociedade do Maranhão colonial, a presença escrava, o direito de propriedade e a intervenção do Estado. Esses elementos nos permitem inferir as relações tecidas nesse espaço, os marcadores sociais, as vozes autorizadas a se manifestar e as redes de poder, bem como as experiências de escravizados e libertos.

Luzia e o Santo Ofício da Inquisição: uma história de escravidão e liberdade (Brasil-Portugal, século XVIII)

- *Monique Marques Nogueira Lima (Universidade Estadual Paulista)*

A presente proposta tem como objetivo apresentar a história de uma escrava, Luzia da Silva Soares, que nos idos de 1740 foi processada pelo Santo Ofício de Portugal. Acusada, como tantos outros escravos também foram, de ser a autora dos malefícios



inexplicáveis (decorrentes de práticas mágicas) que padeciam seus senhores, foi por isso encaminhada de Olinda a Lisboa, onde passou pelo escrutínio processual dos inquisidores. A vida de Luzia foi transatlântica e envolveu o cativo e a liberdade, envolvendo também duas instituições: escravidão e Inquisição. Atenta aos recentes estudos que buscam rastrear as trajetórias de vida dos homens e mulheres que viveram em escravidão, sobretudo na perspectiva da História Atlântica, a presente proposta coloca Luzia ao lado de Páscoa Vieira, Rosa Egipcíaca, Domingos Álvares etc. Pretende-se também, com essa comunicação, abordar aspectos importantes do processo de Luzia (custodiado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo), a saber, os significados da "liberdade" a ela imputada pelos inquisidores e ratificado pelo Conselho Geral da Inquisição. A partir do cruzamento de fontes levantadas no fundo documental do Tribunal de Distrito de Lisboa, é possível depreender (e questionar) possíveis desfechos para a história dessa mulher, a qual, entre Brasil e Portugal, entre uma costa e outra do Atlântico, foi entendida sob duas condições: de escrava e de penitente.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 06 (Miniauditório 2 CEHUS) DINÂMICAS DE ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA

- Comentadora: *Helen Osório (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Escravização e traficantes indígenas na América meridional (século XVII)

- *Eduardo Santos Neumann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Há consenso no meio acadêmico de que a primeira modalidade de escravização foi exatamente aquela imposta às populações originárias, porém o escravizado indígena ainda segue pouco conhecido na História da América colonial. Antes do advento do tráfico negreiro houve a imposição do trabalho escravo às sociedades nativas. Apesar das frequentes determinações expedidas pelas monarquias ibéricas, a partir de meados do século XVI proibindo a escravização de indígenas, esta prática permaneceu muito presente. Na América Meridional, a necessidade de um abastecimento constante de mão de obra barata determinou que milhares de lavradores e carregadores indígenas fossem regularmente deslocados de outras áreas para regiões centrais. E a consulta às fontes seiscentistas têm fornecido algumas evidências da participação de intermediários indígenas, sujeitos acionados pelos conquistadores ibéricos para atuarem na captação de escravos. No século XVII, a necessidade constante de ampliar a captação de mão de obra levou os colonos de São Paulo a direcionarem suas atenções para o território sob jurisdição do Paraguai, especialmente as áreas conhecidas como o Guairá e o Tape. A região do Tape, onde foram estabelecidas quase duas dezenas de reduções, administrada pelos missionários da Companhia de Jesus, foi assolada por constantes razias organizadas e voltadas a capturar os guaranis catequizados. Nas terras interiores da América Meridional, operavam sujeitos especializados no apresamento de indígenas e que receberam a denominação de “mus”. Este termo reporta aos intermediários guaranis que contribuíram para assegurar o fluxo de cativos à São Paulo.

Sertão adentro em busca de especiarias: exploração da Floresta Amazônica setecentista e escravização das suas populações nativas



- *Nathália Moro (Universidade Estadual de Maringá)*

Embora o mais visado pela Coroa portuguesa setecentista fosse a adoção de uma mão de obra negra escravizada, o que predominou na colonização da Amazônia foi a exploração de trabalhadores indígenas. Durante os séculos XVI e XVII, o principal destino para as populações africanas escravizadas eram os engenhos de açúcar do Nordeste. Justamente por não ser a rota principal do tráfico negreiro, no Norte, o número de escravos era considerado pequeno para atender a toda a demanda. A baixa quantidade disponível somada à grande procura dos colonizadores era responsável por aumentar os preços pelos quais eles eram vendidos. A solução encontrada, desde o início da colonização da Amazônia, foi a exploração de suas populações nativas que apresentavam uma alta densidade demográfica. As fontes evidenciam que o principal emprego dos nativos, sobretudo, na primeira metade do XVIII, era na coleta das especiarias amazônicas, denominada de “drogas do sertão”. Isso não acontecia por acaso. Utilizar quem sabia o que estava fazendo, uma vez que já realizava essas atividades e conhecia todo o território, era uma vantagem colonizatória e os colonos sabiam disso.

A escravidão indígena na província de São Paulo e a revogação das cartas régias (1808-1831)

- *Daniele Weigert (Universidade de São Paulo)*

O trabalho procura analisar a escravização da população indígena que aconteceu em decorrência do processo de expansão colonizadora pelos territórios indígenas nas primeiras décadas do século XIX, a qual foi legitimada pelas cartas régias joaninas que declararam guerra contra as populações Kaingang dos Campos de Guarapuava. A declaração de Dom João determinou que as populações indígenas resistentes poderiam ser tomadas como escravas pelos colonizadores dos Campos de Guarapuava, por um período de quinze anos, fazendo com que os indígenas fossem alvo de expedições escravizadoras em territórios da então província de São Paulo. Nestes termos, o trabalho pretende abordar a temática da escravização de indígenas pela análise de correspondências e sua repercussão, por meio do estudo dos periódicos que circulavam pelo Império, abordando o contexto em que as atitudes dos escravizadores nas fronteiras começaram a ser questionadas, se desdobrando na revogação da escravidão indígena pela Lei de 27 de outubro de 1831.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 07 (Sala 1 CEHUS) ASSOCIATIVISMO E SOCIABILIDADE NEGRA

- Comentadora: *Luana Teixeira (Universidade Federal de Alagoas)*

Festividades na *Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense*: construindo laços de pertencimento (1915–1965)

- *Elaine Smaniotto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)*

A proposta de comunicação é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo intuito principal é analisar a fundação e a trajetória da *Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense*, fundada por negras e negros em 1º de maio de 1915 na cidade de



Rosário do Sul, Microrregião da Campanha Central do estado do Rio Grande do Sul. Especificamente nesta apresentação, cujas interpretações são ainda temporárias, o objetivo é refletir sobre o processo de construção de laços de pertencimento por meio de festejos, momentos de sociabilidade por excelência, tendo papel central na vida coletiva dessa *Sociedade*. A história oral “como arte da escuta” foi a primeira porta de acesso aos vestígios para recompor a trajetória da agremiação. Realizando o cruzamento de fontes, tais como entrevistas, fotografias e atas de reuniões de diretorias e assembleias, está sendo possível evidenciar e refletir sobre as estratégias criadas por mulheres e homens afro rosarienses para resistir, existir e construir laços de pertencimento. Nestas experiências festivas eram vivenciadas maneiras “refinadas”, gestos “elegantes” e “distintos” conforme as percepções da época. Em momentos de celebração, a *Sociedade União* também se valia da arte, da culinária, dos jogos e de outros elementos culturais tidos como importantes para aquele grupo negro que, na década de 1920, inaugurou com regozijo sua própria sede, localizada na então Vila de Rosário, e na qual se materializava um direito conquistado – o direito ao lazer e a possibilidade de afirmarem sua identidade.

Clubes negros de futebol em Santa Maria no pós-Abolição

- *Taiane Anhanha Lima (Universidade Federal de Santa Maria)*

Em Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, existiram dois times negros de futebol, o *Club Foot Ball 7 de Setembro* e o *Sport Club Rio Branco*, o primeiro fundado em 1916 e o segundo sendo mencionado nas fontes em 1920. Procuo entender o contexto do pós-Abolição na cidade a partir desses clubes negros, pensando esse esporte como um meio de integração social e sociabilidade negra, mas também de protesto contra o racismo. Percebo, através da investigação, o quanto eram comuns as relações e viagens em jogos intermunicipais entre esses times. Pesquisas importantes sobre o pós-Abolição e escravidão em Santa Maria foram produzidas nos últimos anos são os estudos de trajetórias de sujeitos sociais e coletivos, com ênfase nas organizações negras, que possibilitam entender as diversas formas de resistência negra no período, mas associações de futebol negras são encontradas somente em breves citações ou não foram o foco de análise dos autores. Frente ao contexto nacional de segregação racial em alguns clubes ou ligas de futebol de elite no começo do século XX, procuro perceber se a cidade se encaixava ou não nessa situação. Investigar o fenômeno de criação desses clubes de futebol negros, para além de compreender melhor o pós-Abolição e as relações étnico-raciais na cidade e no estado, se mostra relevante por estarmos ouvindo as vozes do passado, que por muito tempo ficaram ocultadas por uma historiografia tradicional, que não visibilizava a agência dessas pessoas negras.

Trabalhadores não brancos nas solicitações de carteira profissional no norte do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930 e 1940

- *Aristeu Elisandro Machado Lopes (Universidade Federal de Pelotas)*

O norte do Rio Grande do Sul é conhecido pelo seu passado demarcado pela presença de imigrantes, sobretudo de origem europeia. No entanto, a história das regiões que formam essa parte do estado também contou com a mão de obra escravizada e, no pós-Abolição, com a participação de seus descendentes ou de pessoas oriundas de outras localidades e que ali se estabeleceram. A proposta desta comunicação é apresentar os



primeiros resultados de uma pesquisa que está mapeando a presença de trabalhadores não brancos nessas regiões a partir das solicitações de carteira profissional nas décadas de 1930 e 1940. O trabalho analisa as informações registradas nas fichas de qualificação profissional que formam o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. Os dados anotados nos documentos possibilitam traçar um perfil do solicitante, averiguando a cor registrada, a profissão desempenhada, o local de nascimento e o vínculo empregatício, entre outros, além da fotografia 3x4 afixada no verso da ficha. Dessa forma, mapear os trabalhadores não brancos com solicitação de carteira no norte no estado do Rio Grande do Sul – caracterizado, historicamente, como uma região colonizada por europeus e seus descendentes – é imprescindível para demonstrar que a formação social e histórica da região foi multiétnica.

13/09/2023 – 15h45-16h

Coffee break

13/09/2023 – 16h-17h45

Mesa-redonda: ***Homenagem à professora Beatriz Loner.***

- Coordenador: *Caiuá Cardoso Al-Alam (Universidade Federal do Pampa)*
- Fernanda Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*
- Franciele Rocha de Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria)*
- Lorena Almeida Gil (Universidade Federal de Pelotas)*

13/09/2023 – 18h-18h45

Atividade cultural: apresentação do Grupo Odara

13/09/2023 – 19h-21h

- Abertura oficial
- Conferência de abertura
- Magdalena Candiotti (CONICET/Instituto Ravnani/Universidad Nacional del Litoral): **Lazos Afro-Diaspóricos y Mestizaje: repensar la invisibilización negra a partir del caso argentino**



14/09/2023 – 8h30-9h30

Apresentação de pôsteres

SESSÃO 01 (Área de exposições CEHUS)

Territórios negros em Jaguarão

- *Anderson Machado (Universidade Federal do Pampa)*

Este trabalho apresenta o projeto de extensão *Oficina Territórios Negros em Jaguarão*, realizada pelo Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA). Esta oficina, criada em parceria com o clube social negro *24 de Agosto* em 2011 tem como perspectiva a prática de educação antirracista, abordando a história e os protagonismos dos/as africanos/as e seus descendentes na cidade fronteiriça de Jaguarão, construindo uma importante iniciativa em diálogo com a lei 10.639/03. A revisão e rearticulação do projeto se deu durante a pandemia, entre 2020 e 2021, sendo elaborado o projeto de extensão e finalizado o *e-book Territórios Negros em Jaguarão (2022)*, que contém um conjunto de verbetes sobre cada território negro, mapeados e abordados com base em debates bibliográficos na área da História Social da Escravidão e do pós-Abolição. Com isso, foram estabelecidas atividades semanais com turmas de 9ºs anos do Ensino Fundamental e 3ºs anos do Ensino Médio, em dois momentos. O primeiro, uma atividade em sala de aula, destacando a imprensa negra, sobretudo o caderno *O Jaguarense*, que era publicado no jornal *A Alvorada de Pelotas*, onde apresentamos a forma como a cidade e o povo negro afirmavam sua organização e protagonismo. No dia seguinte, é feito o itinerário pelos territórios negros no centro histórico, sendo realizado o debate sobre cada um, relacionando com histórias sobre o cotidiano da comunidade negra, protagonismos, patrimônio, práticas religiosas, instituições e estrutura do racismo, evidenciando Jaguarão ser uma cidade negra, articulada com o Atlântico Negro.

O “tribunal da opinião pública” sobre a escravidão ilegal e a precariedade da liberdade nas páginas da imprensa oitocentista

- *Caio Henrique Silva Fernandes (Universidade Federal de Santa Catarina)*

Durante o século XIX, com a criação do Código Criminal de 1830, a escravização de pessoas em posse da sua liberdade foi considerada um ato criminoso através do artigo 179, com previsão de condenação e multa para os transportadores, vendedores e detentores de gente livre ou liberta. As práticas desse crime foram discutidas com afinco pela imprensa da época, através de uma postura moral sobre violência, justiça e civilidade. Algumas publicações denunciavam casos de pessoas escravizando ou sendo escravizadas ilegalmente, enquanto outras buscavam defender a honra e a integridade moral dos acusados, bem como dissociar suas reputações do crime de escravização. Muitos destes artigos foram direcionados para as autoridades policiais, judiciais e governistas, mas também para a “opinião pública” que se formava naquele período. Dando atenção aos casos previstos no artigo 179 como objeto, este trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica realizada a partir de dados da Hemeroteca Digital Brasileira, com o objetivo de entender como o tema da escravidão de pessoas livres foi discutido na imprensa brasileira do Oitocentos. Os articulistas recorreram a diferentes



argumentos e pretextos com intuito de expor e denunciar os escravizadores, defender os (re)escravizados ou preservar o direito senhorial de propriedade. Ao contrapor essas narrativas, consideramos que a imprensa do século XIX formou um “tribunal da opinião pública” sobre o tema da escravidão ilegal, ao expor como agiam os escravizadores criminosos e como viviam e trabalhavam as pessoas que eram vítimas do crime.

História da liberdade e escravidão em Catalão-GO: protagonismo negro e debates abolicionistas na virada do século XX

- *Yasmin Rodrigues Roque (Universidade Federal de Catalão)*

Na historiografia goiana, as pesquisas científicas sobre a História Preta são recentes. A história e as memórias tradicionais são marcadas pelo silenciamento e apagamento do povo preto. Da preocupação em perceber a emancipação negra a partir de uma História Preta em Catalão, interior do sudeste goiano, surgiu esta pesquisa de iniciação científica. O projeto em andamento dialoga com a historiografia e a memória local, identificando as relações entre escravizados, libertos e livres com o cotidiano e as articulações dos movimentos abolicionistas durante o pós-Abolição. A pesquisa está sendo desenvolvida em duas etapas: 1) análise e discussão da memória local e o silenciamento de histórias sensíveis a partir dos memorialistas catalanos Luís Estevam e Fernando Henrique Safatle, a fim de compreender a construção da memória, história local e identidade social. As obras são produções recentes, escolhidas com o intuito de perceber como os memorialistas lidam no tempo presente com temáticas sensíveis e latentes, como a escravidão e a liberdade. As análises dos memorialistas serão confrontadas com outros documentos que disponibilizam informações sobre a sociedade catalana, como o recenseamento de 1872. 2) A segunda etapa, que será desenvolvida posteriormente, tem como foco compreender, a partir de fontes diversas, as relações entre escravizados e os órgãos públicos e privados. Desse modo, a proposta é identificar e debruçar-se sobre narrativas abolicionistas e escravagistas que foram alvos de debates sociopolíticos em Catalão, cidade que gerou uma emancipação gradual para esse grupo marginalizado. A pesquisa deseja ampliar o debate sobre o protagonismo preto na história para além dos grandes centros do Sudeste e Nordeste, passando também pelo interior do Brasil.

Escravidão no vale do Itajaí: compadrio, família escrava e resistência nas fazendas de José Henriques Flores (c.1836- c.1888)

- *Vinícius Bonsignori (Universidade Federal de Santa Catarina)*

A historiografia do vale do Itajaí-SC por muito tempo desconsiderou as pessoas de origem africana. Em contrapartida, alguns trabalhos mais recentes têm se dedicado a pesquisar os africanos e afrodescendentes nessa região através da tradição oral e da reconstrução de trajetórias individuais e coletivas. No entanto, reflexões voltadas à compreensão da formação da família escrava em propriedades da região ainda constituem uma lacuna historiográfica. Nesse sentido, este trabalho procurou investigar, a partir do diálogo entre História Demográfica e História da Família, a formação de laços de parentesco e compadrio entre os escravizados, livres e libertos que viviam nas propriedades do político e fazendeiro local José Henriques Flores. As principais fontes analisadas foram os registros de batismo, casamento e óbito da Igreja Matriz do



Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) e da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar (1861-1888). Utilizaram-se também documentos produzidos no âmbito judicial e cartorial da região, os quais, juntamente aos registros paroquiais, foram analisados através do método onomástico. Como resultado, identificou-se que: os escravizados de José Henriques Flores circulavam por outros lugares além das propriedades do seu senhor; havia um distanciamento da casa grande para com a senzala, visto que a família do fazendeiro não apadrinhou nenhuma criança nascida em suas propriedades; por fim, através da família e da ampliação dos laços de solidariedade e parentesco, a comunidade negra resistiu às pressões e maus-tratos por parte de seu senhor.

Diário do Interior: relações de racialização e precarização dos trabalhadores

- *Aislan Soares Viçosa (Universidade Federal de Santa Maria)*

Por meio do presente trabalho, pretende-se apresentar parcialmente os resultados obtidos nas primeiras pesquisas no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria-RS. Diante disso, a pesquisa busca investigar as particularidades do pós-Abolição em Santa Maria para compreender como o *Diário do Interior* coloca no jornal os trabalhadores e abarcar as realidades da negritude operária da cidade. Inicialmente, o trabalho tem como fonte o jornal *Diário do Interior*. Este periódico esteve em circulação em Santa Maria durante três fases: entre 1911 e 1923, de 1927 até 1929 e entre 1932 e 1939. O período histórico em que a pesquisa está se desenvolvendo é a Primeira República e a análise do jornal se dá entre os anos de 1912 e 1920, sendo o *Diário do Interior* uma folha que noticiava o dia a dia da cidade. Para analisar o periódico, cerca de 250 notícias foram fichadas, com enfoque em trabalhadores de Santa Maria. Enfocam-se duas especificidades no periódico: as relações de conflito entre os trabalhadores e a racialização que está presente e também os operários acidentados no trabalho e ausência da menção à raça deles nas notícias. Esta pesquisa busca visualizar as relações de seguridade social frente aos operários acidentados. Afinal, o trabalho busca expor as relações entre classe e raça.

Os limites da liberdade: escravidão e escravização ilegal na fronteira meridional no século XIX

- *Maria Eduarda Albuquerque Mendez (Universidade Federal de Santa Maria)*



Os estudos a respeito da escravidão no Brasil e, mais especificamente, a que versa sobre a escravidão no Brasil meridional, apresentam uma vasta historiografia que se encontra em constante renovação, abordando temas como a fuga de escravos, a influência da presença negra na formação social do Rio Grande do Sul e as diferentes atividades exercidas pelos escravizados, livres e forros, a título de exemplo. Partindo do recorte temporal que vai do ano de 1826 até 1860 e da análise de dois processos-crime disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), são verificados dois casos de escravização ilegal de pessoa livre através de seu sequestro no Estado oriental e sua venda no sul do Império brasileiro. O objetivo é apresentar como os embates entre autoridades de ambos os lados da fronteira incidiram na vida desses indivíduos. O recorte espacial e temporal escolhido contempla as guerras dos dois lados da fronteira, como a Farroupilha e a Guerra Grande, que tiveram grande influência na ocorrência de fugas para o Estado oriental em razão das leis abolicionistas de 1842 e 1846, além da própria legislação brasileira de proibição do tráfico de escravizados no ano de 1831, reforçada em 1850. A proposta é apresentar como o corpo jurídico brasileiro e uruguaio respondia a tais sequestros, qual a importância de tais embates no cenário internacional mais amplo e, conseqüentemente, quais as soluções identificadas pelo legislativo para burlar as leis anteriormente promulgadas e em vigor.

Tráfico interno em análise: um perfil etário dos escravizados negociados no sul do Brasil (1850-1888)

- *Laís Neves Bittencourt (Universidade Federal de Pelotas)*

A presente exposição tem o objetivo de apresentar os dados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto intitulado *Comércio atlântico, elites sociais e escravidão na fronteira sul do Brasil meridional (século XIX)*. A investigação está centrada em onze municípios que compuseram a província de São Pedro no século XIX: Porto Alegre, Jaguarão, Dolores do Camaquã, Encruzilhada, Canguçu, Conceição do Arroio, Arroio Grande, Pelotas, Piratini, Rio Grande e São José do Norte. Mais especificamente, o estudo foi baseado na análise dos registros de compra e venda dos municípios supracitados, dispostos no Acervo dos Tabelionatos de Municípios do Rio Grande do Sul – disponibilizado no site do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, pretende-se apresentar uma pesquisa quantitativa sobre a comercialização de escravizados no âmbito do tráfico interno, analisando a faixa etária dos cativos negociados. Serão analisadas as crianças (menores de 14 anos), os adultos (entre 15 e 45 anos) e os mais velhos. No entanto, iremos dar uma ênfase aos cativos mais velhos, pontuando os principais ofícios, sexo e a variação dos preços desta população cativa, buscando refletir sobre a função social, cultural e econômica desses cativos no contexto da escravidão. Tal proposta faz parte do nosso trabalho de conclusão de curso, que busca conhecer melhor a condição e os papéis dos cativos idosos nas senzalas do sul do Brasil, principalmente os sexagenários.

14/09/2023 – 9h15-9h30

Coffee break



14/09/2023 – 9h30-12h

Sessões de comunicações (mesas 8 a 11)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 08 (Auditório CEHUS) RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

- Comentador: *Marcos Ferreira de Andrade (Universidade Federal de São João Del Rey)*

Conspiração mina-nagô em Pelotas (1848): organização rebelde e repressão

- *Thiago Leitão de Araujo (Universidade Estadual de Campinas)*

Em fevereiro de 1848, um grande plano insurrecional foi descoberto em Pelotas, principal centro charqueador escravista da província do Rio Grande do Sul, envolvendo centenas de escravizados africanos de nação mina-nagô. O objetivo do texto é analisar a organização dos revoltosos para o levante, a forte repressão que se seguiu à descoberta e o impacto gerado nas mais altas esferas do governo imperial. Nesse contexto, pairaram fortes suspeitas de que a conspiração ao menos contara com o incitamento de agentes estrangeiros, ou mesmo efetivo apoio e armamento dos escravos, num contexto de crescente tensão do Brasil com a Argentina e o Uruguai dominado pelos *blancos* de Manuel Oribe. Desde então, o governo imperial passou a levar na mais séria consideração o perigo de que agentes orientais e argentinos procurassem insuflar e apoiar sublevações escravas, cujo fim último era desestabilizar o sistema social baseado na escravidão, sempre tensionado por si mesmo.

Criminalidade e cativo: os escravizados nos processos-crimes em Piratini (1820-1871)

- *Vinicius Cardoso Nunes (Universidade Federal de Pelotas)*

Irei analisar de forma quantitativa os crimes ocorridos em Piratini entre os anos de 1820 e 1871. Serão analisados o número de processos, as vezes que os escravizados foram réus e vítimas, suas profissões quando citadas, as possíveis motivações e a forma como foram punidas pelo Estado, em uma abordagem mais quantitativa. Em uma análise mais qualitativa, investigarei de forma mais detalhada dois processos crimes, um deles referente à morte da escravista Albina Maria da Conceição, no qual uma escrava foi acusada de participar do assassinato de sua senhora no ano de 1855, sob a égide do Código Criminal de 1832. Pretendo ainda analisar outros processos criminais para compreender não só as motivações, mas também muito do cotidiano dos escravizados, suas relações com cativos de outros senhores e todo um emaranhado de situações cotidianas que muitas vezes são descritos nestas fontes documentais. O segundo processo criminal refere-se ao furto envolvendo João Baiano, escravo de Zeferino Maximiano Ribeiro, na vila de Piratini em 1855, por furtar a rês de Manoel Rodrigues Barbosa Junior, fazendeiro do 1º Distrito da vila.

Revisitando a tentativa de insurreição escrava na Aldeia dos Anjos (1863)

- *Wagner de Azevedo Pedroso (Prefeitura Municipal de Montenegro)*

“Em um domingo, dia 24 de maio de 1863, enquanto a população da freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos estava envolvida com os preparativos para a



comemoração da festividade do Divino Espírito Santo, foi que o ‘mulato’ Nazário, de 28 anos, escravo de Francisco Antônio Maciel, aproveitando-se ‘do ajuntamento que a festa do Espírito Santo fez reunir’ tomou as primeiras providências para o levante escravo”. Foi assim que sempre comecei artigos e a própria dissertação sobre a tentativa de rebelião escrava. Desta vez, assim começo este resumo, mas agora com objetivo de revisitar esse plano insurrecional para aprofundar algumas análises desse estudo, que este ano completa dez anos. Essa revisão foi motivada pela oportunidade de publicar parte da dissertação em formato de livro, motivando-me a reler, selecionar e reescrever o texto. Nesse processo, além de retirar boa parte do texto com dados estatísticos, acabei acrescentando análises que não haviam sido realizadas na dissertação, principalmente com relação às correlações entre dados estatísticos das estruturas produtivas das propriedades de Aldeia dos Anjos, assim como das estruturas de posse dos proprietários, com o intuito de melhor compreender os mecanismos de controle sobre o escravizado, mas principalmente as estratégias cotidianas do escravizado da região para lidar com esse mecanismo.

Identities multidimensionais: família, parentesco e redes de sociabilidade na *Ummah* baiana (1835)

- *Erika Cristina Damião (Universidade Federal de São Paulo)*

Na historiografia, postula-se a ligação entre a procedência de africanos escravizados oriundos de regiões em conflito na África Ocidental e as inúmeras insurreições de cativos que ocorreram na Bahia entre 1807 e 1835. Entende-se que o senso de organização e rebeldia em determinados grupos étnicos – em especial haussás e nagôs – fazia parte de suas bagagens culturais, cuja ressignificação se deu no contexto escravista na América portuguesa. A Revolta dos Malês, que encerra o ciclo de revolta baianas, ocorreu na madrugada de 24 para 25 de janeiro de 1835, quando africanos, em sua maioria nagôs, se rebelaram em vários pontos da cidade de Salvador. Nos registros policiais dessa insurreição, consta a apreensão de objetos ligados a práticas islamizadas – como roupas brancas, tábuas de escrever, amuletos, anéis brancos, livros e papéis escritos em caracteres arábicos, entre outros – pelos quais foi possível ter indícios da constituição de uma identidade étnico-religiosa afro-islâmica – a identidade malê. Além disso, termos como parentes, irmãos, amásio(a), compadre, camarada, pai/mãe dos meus filhos(as), floresceram de forma recorrente em meio aos testemunhos e depoimentos, constituindo-se identidades “multidimensionais”, cuja integração em redes de sociabilidade denota o compartilhamento de ideologias coletivas, espaços comuns e famílias extensas. Desse modo, busca-se nesta pesquisa mapear a rede interacional onde esses agentes históricos estavam inseridos, compreender as motivações de “pertencimento” e “não pertencimento” a essa identidade étnico-religiosa e problematizar as metamorfoses das identidades individuais, considerando a coexistência de outros espaços de pertencimento e alianças sociais, compatíveis ou antagônicas.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 09 (Miniauditório 1 CEHUS) COMÉRCIO LEGAL E TRÁFICO ILEGAL

- Comentador: *Jaime Rodrigues (Universidade Federal de São Paulo)*



A exportação de mercadorias manufaturadas das fábricas nacionais do Rio de Janeiro e o tráfico ilegal de escravizados

- *Matheus Sinder Nunes Herdy Coelho (Universidade Federal Fluminense)*

A presente proposta pretende estudar como as fábricas nacionais localizadas no Rio de Janeiro foram relevantes para ampliação e manutenção do tráfico transatlântico ilegal de escravizados. A partir da questão da exportação de mercadorias manufaturadas nas fábricas do Rio de Janeiro é possível identificar uma imbricada rede de negociantes e traficantes que possuíam fábricas com grande contingente de escravizados em sua produção, que recebiam proteção do Estado imperial e utilizavam suas mercadorias para o funcionamento do comércio ilegal de escravos. A Corte contava com um número expressivo de empreendimentos fabris que não produziam apenas para o mercado interno. Parte significativa dessas mercadorias eram destinadas ao mercado externo. Compreender quais seriam as regiões de destino desses bens manufaturados e sua relação com o tráfico transatlântico de escravizados é a nossa proposta. Assim, pretendemos demonstrar como a produção, distribuição e consumo das mercadorias manufaturadas no Brasil estavam relacionadas ao trabalho escravizado, à escravidão e ao tráfico ilegal, apontando como o Estado imperial promoveu fábricas que se amalgamavam com o nefando comércio. Através dos mecanismos de operação do tráfico, as mercadorias manufaturadas eram essenciais para manter a lucratividade do negócio negreiro. Dessa maneira, iremos apontar as relações entre a indústria fabril do período com o tráfico de escravizados.

E o tráfico não era negócio para amadores: uma análise do comércio ilegal de africanos para o litoral sul da Província de São Paulo (1831–1860)

- *Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro (Universidade Federal de São Paulo)*

Esta comunicação busca apontar minhas hipóteses e análises sobre os desembarques clandestinos no litoral centro-sul da província de São Paulo, entre 1831 e 1860. No intuito de compreendê-los, considero a atuação da polícia, dos delegados, subdelegados, juízes, população local e, principalmente, a identificação dos traficantes, proprietários e investidores dos navios, os quais compunham uma densa rede de relações. Tais reflexões são oriundas da minha pesquisa e estágio de pós-doutorado desenvolvidas na UNIFESP durante o presente ano. Por sua vez, o recorte temporal escolhido é justamente o período em que se intensificou a repressão, passando pela proibição ilegal, os anos de registro das diligências e os relatos dos desembarques, cujas fontes principais encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). A teia do comércio encontrava-se nas mãos de homens da elite e latifundiários, os quais empenhavam apoio ao governo mediante a proteção aos seus negócios. Eram sujeitos de prestígio político e social, investidores em setores como a imigração, as obras públicas, a educação e as benfeitorias, que buscavam diversificar o rendimento de seus capitais, por vezes pela via do tráfico ilícito. Logo, a pesquisa pretende realizar um exercício contra a política do esquecimento, ao abordar os hiatos acerca dos meandros relacionados à entrada de centenas de africanos reduzidos à escravização ilegal e ao trabalho compulsório pelo ingresso no litoral paulista no século XIX.



A viagem do capitão Tatham pelo litoral do complexo cafeeiro: observações sobre portos clandestinos e barracões do tráfico de africanos em meados do século XIX

- *Thiago Campos Pessoa (Bolsista da Biblioteca Nacional)*

Em abril de 1851, Edward Tatham, comandante do *Geyser*, enviara ao ministro inglês no Rio de Janeiro suas observações sobre “os barracões na costa do Brasil entre Santos e a Marambaia”. Partindo da vistoria e dos apontamentos do capitão de longo curso da *Royal Navy*, investigaremos suas notas, apontamentos e omissões em torno dos principais portos negreiros estruturados entre o litoral sul-fluminense e o norte de São Paulo nos últimos anos de funcionamento do tráfico negreiro para o Império do Brasil. Nosso objetivo será evidenciar como os vestígios dos barracões do tráfico naquelas praias apontavam para uma estrutura em funcionamento por quase duas décadas. Sob controle e operação de negociantes atlânticos, fazendeiros, comerciantes estabelecidos na Corte e sitiantes, foram essas estruturas que viabilizaram o crescimento da escravidão africana no Brasil independente.

Comendadores no tráfico ilegal de africanos

- *Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira (Universidade Federal Fluminense)*

O texto trata de um processo-crime conduzido pela Auditoria Geral de Marinha do Rio de Janeiro contra os comendadores André Gonçalves da Graça e Joaquim Thomaz de Faria, fazendeiros atuantes no comércio ilegal de africanos desde a década de 1830. Os dois foram acusados de crime de pirataria por contrabando de africanos, por terem coadjuvado em desembarque ocorrido no litoral norte fluminense, em 9 de novembro de 1850, condenados em instância inicial, cuja sentença foi revista pela instância recursal. O processo em seu conjunto registra o perfil dos agentes do negócio ilícito, a sentinela britânica para enfrentar a trama política e jurídica interna, além de ser tocado pela contundente afirmação dos limites da repressão. O que se impõe nesses três destaques de uma só conjuntura é uma leitura de que a solução para o definitivo fim do tráfico de africanos para o Brasil seguia incerta e instável em seus primeiros anos.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 10 (Miniauditório 2 CEHUS) ESCRavidÃO E LIBERDADE NO MUNDO DO TRABALHO

- Comentador: *Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Universidade Federal de Pernambuco)*

Entre escravidão e a liberdade: arranjos de trabalho na Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1850–1890)

- *Amanda Camila Esteves De Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

Apresentaremos aqui resultados de pesquisa sobre a organização das relações de trabalho de homens e mulheres escravizados e libertos na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. Para isso, manusearemos a documentação sobre o comércio e aluguel de escravizados que está depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro nos conjuntos documentais constituídos pelo Fundo Nacional da Fazenda de Santa Cruz.

Como delimitação espacial, estudamos a Imperial Fazenda de Santa Cruz, que era considerada a mais imponente fazenda do Rio de Janeiro e estava frequentemente no



centro das atenções. A Fazenda pertencia à província do Rio de Janeiro (termo), mas extrapolava os limites desta cidade, ocupando todo o atual bairro de Santa Cruz no município do Rio de Janeiro e parte de dez municípios fluminenses. O objetivo desta apresentação, portanto, é analisar a estruturação, organização, continuidades e rupturas do comércio e aluguel de trabalhadores escravizados, entre os anos de 1850 e 1890. Apontamos a estrutura de comércio e aluguel de escravizados na Fazenda de Santa Cruz, o sistema de alugados a diversos e a si. Esse comércio estava voltado para senhores particulares: fazendeiros, lavradores e comerciantes na cidade do Rio de Janeiro e na província fluminense. Toda essa organização laboral era permeada pela divisão sexual do trabalho, que determinava atribuições, ofícios e ocupações diversas para homens e mulheres, cujos significados buscamos explorar.

Escravidão e liberdade nas experiências do colonialismo suíço nas regiões de Nova Viçosa (BA), Nova Friburgo (RJ) e Campinas (SP) durante o século XIX

- *André Nicacio Lima (Universidade de Lausanne/Suíça)*

O objetivo é apresentar resultados parciais de uma investigação sobre o colonialismo suíço no Brasil durante o século XIX. A pesquisa integra um projeto que inclui estudos sobre os suíços na África do Sul, no Lesoto e na Índia na mesma época. Nesta exposição, tratarei de conectar a história das colônias suíças ao longo do século XIX com a história das sociedades escravistas do Sul da Bahia, do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, onde essas experiências se desenvolveram. Estabelecida em decorrência da instalação da família real no Rio de Janeiro, Nova Friburgo tinha o objetivo de europeizar o entorno da Corte. Acessando terras, inclusive por meio de expedições contra quilombolas, os colonos suíços e alemães acabaram por participar da expansão da cafeicultura escravista do vale do Paraíba lado a lado com senhores brasileiros. Colônia Leopoldina, fundada no mesmo contexto no Sul da Bahia, também se tornou uma área de *plantation* de café. Contudo, os suíços acabaram por abandonar suas terras em consequência da rebeldia escrava dos anos 1880. Uma das maiores fazendas da região, Helvecia, é atualmente uma comunidade reconhecida como quilombo. As experiências de colonização suíça no Oeste Paulista, em especial aquelas da Companhia Vergueiro em meados do século XIX, foram experiências pioneiras de imigração e também de reação dos colonos às condições de trabalho, na Revolta de Ibicaba. Muitas vezes celebrada como marco inicial das lutas de trabalhadores livres no Brasil, Ibicaba nos interessa muito mais pela integração dos colonos suíços nas relações escravistas no Brasil.

Entre camaradas e senhores: trabalhadores escravizados em pequenas unidades produtivas no sertão oeste mineiro, século XIX

- *Carlos Eduardo Moreira de Araújo (Universidade Federal de Uberlândia)*

Ao longo do século XIX, a região oeste de Minas Gerais transformou-se em importante entreposto comercial e importante ligação entre as províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Com sua produção baseada na agropecuária e na distribuição de mercadorias oriundas de várias partes do império, a utilização do trabalho compulsório esteve disseminada na sociedade local. A partir de análises já realizadas nos inventários *post mortem*, o padrão de posse de escravos na região se caracterizava pelo pequeno proprietário (1 a 5 cativos) e com o trabalhador livre ao lado do trabalhador escravizado



na produção. As atividades realizadas lado a lado por escravos, livres, forros, agregados, camaradas, jornaleiros, condutores de tropa, senhores e seus familiares eram de caráter doméstico, agropecuário, comercial e artesanal, especializados ou não. Tal proximidade ensejou a construção de laços de solidariedades, mas também de intensos conflitos registrados nos documentos judiciais. Em pequenas e médias posses, a organização e as relações de trabalho se constituíam de maneira diferenciada das grandes lavouras existentes em outras áreas da província mineira. O objetivo desta comunicação é analisar, através dos processos criminais, como se davam as relações de trabalho entre livres e escravizados em Uberaba, a principal cidade do oeste de Minas Gerais em meados do século XIX.

Escravizados e senhores na freguesia de Triunfo no final do século XVIII

- *Fábio Kuhn (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

O trabalho pretende apresentar um perfil da população escravizada de uma localidade do Rio Grande do Sul colonial a partir da "Relação dos Escravos que possuem os moradores de Freguesia do Triunfo e que se acham matriculados desde o ano de 1788", fonte existente no Arquivo Nacional. Serão analisadas variáveis como sexo, idade, cor e naturalidade dos escravizados daquela freguesia, caracterizada por numerosa população de origem africana na segunda metade do século XVIII. Adicionalmente, faremos uma análise da estrutura de posse dos escravizados de Triunfo, destacando alguns dos senhores proprietários dos maiores contingentes de cativos.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 11 (Sala 1 CEHUS) IMPrensa, ESCRAVIDÃO E RACISMO

- Comentador: *Caiuá Cardoso Al-Alam (Universidade Federal do Pampa)*

Ilustrações comemorativas da Lei Áurea no jornal *O Paiz* (RJ)

- *Euler Fabres Zanetti (Universidade Federal de Pelotas)*

O periódico *O Paiz* teve origem na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1884. Embora tenha afirmado sua neutralidade partidária, o jornal contava com a participação de líderes republicanos em sua equipe editorial, alguns dos quais se tornaram membros do Governo Provisório após a Proclamação da República. A cidade do Rio de Janeiro era a capital federal e um importante centro político do Império e da República do Brasil, com uma grande circulação de jornais. *O Paiz* continuou a circular até 1930 e seu vasto conteúdo está disponível para pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as publicações de *O Paiz* que comemoraram o aniversário da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888. Para isso, será utilizado o conceito de comemoração como base teórica e uma metodologia específica para análise da imprensa jornalística.

“Foi em prol da tranquilidade, segurança e comodidade dos cidadãos”: imprensa e preconceito racial no imediato pós-Abolição (Pelotas, RS – 1888)

- *Alisson Barcellos Balhego (Universidade Federal de Pelotas)*

A presente comunicação tem por objetivo apresentar uma breve análise sobre a imprensa pelotense entre os anos de 1888 e 1900, observando aspectos do cotidiano e as



representações produzidas, para refletir sobre a construção do preconceito racial em Pelotas no imediato pós-Abolição. O papel da imprensa parece estar inserido num sistema de controle e classificação social, fazendo parte de um conjunto de práticas e processos próprios da sociedade do período, que produz e reproduz preconceitos raciais. Logo, os periódicos jornalísticos, somados a outras fontes como os processos criminais, corroboram para a fundamentação da observação. Portanto, nesse contexto, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados, contribuindo com a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local. Esse movimento acontece no país após a Abolição, através de uma intensa mobilização das elites com o objetivo de criar mecanismos para intensificar a perseguição e a repressão à vadiagem. Na transição do século XIX para o XX são criados vários dispositivos, como o projeto de repressão à ociosidade, a criminalização da vadiagem e também da capoeira. Através desses projetos ocorre a racialização das relações sociais, uma busca por colocar a população negra como um subgrupo. Isso resulta em vários tipos de processos criminais e matérias da imprensa escrita cobrando posições sobre a situação dos agora libertos, de mazelas sociais e a reprodução de um imaginário preconceituoso dessa sociedade.

Escravidados e livres: a construção da liberdade nos mundos do trabalho (Rio de Janeiro, 1880)

- *Renata Figueiredo Moraes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

A escravidão urbana no Rio de Janeiro, nos últimos anos da escravidão, conviveu com outras formas de trabalho. Trabalhadores livres e libertos, além de mulheres, compartilhavam com os escravizados as ruas da Corte e sua luta por melhores condições de vida. A categoria letrada desses trabalhadores, os tipógrafos, conseguiu produzir escritos sobre suas funções e divulgar ideias a respeito da luta dos trabalhadores, principalmente da Europa e das Américas. Nesses lugares, a greve era usada para pressionar os patrões e mobilizar as categorias. Tal instrumento de luta já era conhecido no Brasil desde décadas anteriores e livres e escravizados também paralisavam suas atividades como forma de pressão. Ainda assim, diante de algumas conquistas e derrotas, indico algumas questões: o que significaria ser livre num mundo escravista? Qual o peso da escravidão para a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho? Quais os significados da liberdade para trabalhadores que compartilhavam espaços, entre eles os de moradia? Essas perguntas têm norteado minhas pesquisas sobre trabalhadores no século XIX, sem dissociá-los diante das suas distintas condições jurídicas. A hipótese que defendo é que a escravidão interferiu na luta dos trabalhadores livres e na forma como seus patrões viam esses homens (não considero as mulheres nesse momento da pesquisa). Através dos jornais escritos por trabalhadores e demais folhas, será possível entender como se mobilizavam os livres diante dos escravizados e como a Abolição passou a ser uma causa desses trabalhadores livres, que viram no fim da escravidão uma forma de ressignificar os significados da liberdade.

14/09/2023 – 12h-13h45

Almoço



14/09/2023 – 13h45-15h45

Sessões de comunicações (mesas 12 a 15)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 12 (Auditório CEHUS) LAÇOS FAMILIARES ENTRE A ESCRAVIDÃO E O PÓS – EMANCIPAÇÃO

- Comentador: *Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

“Meu avô era alemão, João Niederauer. Ele sempre falava isso”: Mathilde, seus filhos e a memória do pai branco entre a presença, a ausência e a ocultação

- *Franciele Rocha De Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria)*

Inspirado nos estudos micro analíticos, que observaram as heranças imateriais e materiais no interior de grupos familiares (LEVI, 2000), este trabalho tem como foco de análise as famílias negras, que vivenciaram a escravidão e o pós-Abolição em Santa Maria da Boca do Monte, no interior do Rio Grande do Sul e tiveram de conviver com o problema da ilegitimidade - condição de 99% dos nascidos de ventre livre em seus batismos -, da ocultação paterna e do não reconhecimento dos filhos por alguns pais. Neste estudo, identifiquei os pais de crianças nascidas de ventre livre que foram ocultados dos registros e não reconheceram a paternidade, debatendo acerca dos diferentes tipos e impactos do legado paterno para com seus descendentes. Detalho, especificamente, o caso do pai Luiz Niederauer (1849-1921), membro de uma família senhorial germânica da elite local que, conforme as fontes, teve relações com Mathilde (1857-1916), mulher escravizada por sua família, gerando com ela os filhos Honorina (1884-1971) e Nemésio (1888-1976), criados sob condições tênues, marcados por relações desiguais e cujas memórias das netas e neto e seus respectivos acervos compõem as fontes orais e documentais analisadas neste estudo. Atenho-me em como a participação destes pais afetou as famílias constituídas pela geração dos nascidos de ventre livre e seus descendentes, impactando a sobrevivência familiar, a construção de suas próprias noções de família e paternidade e a constituição de outras representações da família negra.

“Ignora-se o pai”: quais os problemas da paternidade não reconhecida?

- *Jurama Bergmann Vieira (Universidade Federal Fluminense)*

O nascimento de crianças consideradas ilegítimas perante a legislação vigente no Brasil oitocentista foi, de certo modo, tolerado pela população. Sendo um fato sistêmico da sociedade imperial, entre livres, libertos e escravizados, muitas foram as uniões não sacramentadas perante a Igreja Católica. No último grupo mencionado, o dos cativos, o número de relações não oficiais foi ainda mais significativo, sustentando o preconceito de que africanos e afrodescendentes levassem uma vida desregrada e promíscua, ideia já desmistificada na historiografia. A depender da época e de suas particularidades, algumas cidades brasileiras apresentaram maiores ou menores ocorrências de nascimentos ilícitos entre mães escravizadas, devido a uma série de fatores. Na freguesia de Nossa Senhora do Desterro, núcleo urbano e central da antiga cidade de Florianópolis, entre os anos de 1870 e 1888, nos deparamos com um percentual de 99% de batizados, filhos de cativas, gerados fora do matrimônio e sem menção ao pai. Esse alto índice, embora admitido pela



sociedade local, não minimizou ou resolveu os danos morais e judiciais que estas crianças carregavam, sendo válida a reflexão: que prejuízos encontraram os menores que levavam consigo os estigmas da escravidão e da ilegitimidade?

“Paternidades negras ausentes?”: um estudo a partir dos registros de famílias negras na Vila de Lages/SC (c.1871– c.1930)

- *Matheus Eduardo Borsa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Esta comunicação pretende expor a pesquisa de mestrado em curso que trata de averiguar quais as contribuições dos registros sobre famílias negras da vila de Lages/SC (c.1871-c.1930) para os estudos sobre as paternidades negras. Ao analisar a situação familiar dos ingênuos nos registros eclesiásticos de batismo em Lages entre 1871 e 1888, é perceptível que, de um total de 809 ingênuos registrados, apenas 15 (1,85%) eram legítimos, sendo 792 (97,90%) filhos naturais com pai incógnito e 2 (0,25%) sem informações. Observa-se, assim, um alto grau de ocultamento das paternidades de ingênuos. É válido observar que não haveria o registro paterno pelos párocos se não houvesse casamento firmado na Igreja católica, fato que justifica, no caso de Lages, a expressiva porcentagem de paternidades ausentes nos registros naquele período. A partir dessas informações, pretende-se, no cruzamento de dados, detectar nos registros civis de nascimento se há a permanência ou a descontinuação da ausência paterna negra, bem como - se persistir - quais as possibilidades da ausência nos registros. A partir do cruzamento de diversos tipos documentais, será possível descobrir se o ocultamento paterno é uma constante para homens negros na vila de Lages, os significados dos silêncios documentais e compreender as possibilidades do acesso à cidadania e direito por homens negros no pós-Abolição. O aporte teórico-metodológico oferecido pela História Oral, pela Micro História e pela História social será de grande valia para a construção dessa análise, na qual se interligam os temas: paternidades negras e famílias negras.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 13 (Miniauditório 1 CEHUS) HISTÓRIAS QUILOMBOLAS E A HISTÓRIA PÚBLICA

- Comentador: *Thiago Leitão de Araujo (Universidade Estadual de Campinas)*

Do quilombo do Bracuí ao naufrágio de um navio escravista: experiências de pesquisa e História Pública

Grupo de Trabalho sobre História da Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA) da UNIPAMPA: História Pública e educação antirracista

- *Caiúá Cardoso Al-Alam (Universidade Federal do Pampa)*

O Grupo de Trabalho Sobre História da Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA) da UNIPAMPA foi criado em 2019, como continuação dos trabalhos realizados desde 2011 dentro do Laboratório de História Social e Política (LAHISP) do curso de História-Licenciatura. Este coletivo pretende difundir estudos dos campos da História Social da Escravidão e do Pós-Abolição junto aos/às discentes do *campus* Jaguarão. A historiografia da escravidão, campo consagrado da História Social no Brasil, após os impactos das pesquisas desenvolvidas durante a década de 1980, passou a evidenciar cada vez mais as experiências sociais protagonizadas pelas pessoas que viviam sob a realidade



do cativo. Neste processo de renovação de perspectiva, consolidaram-se também estudos que evidenciaram experiências de emancipação e liberdade de africanos e descendentes durante o próprio regime da escravidão. Experiências sociais que acabaram fazendo emergir organizações sociais e políticas de luta do povo negro por cidadania e contra o racismo, e que marcam também o pós-Abolição. O GEESPA tem realizado trabalhos de pesquisas, que culminaram com um *e-book*, mas também intensos trabalhos em História Pública, como as rodas de memórias nas cidades de Jaguarão e Arroio Grande e o projeto de extensão *Oficina Territórios Negros* em Jaguarão, que é focado nas escolas. O coletivo ainda organiza debates bibliográficos e seminários integrados com pesquisadores/as do estado e do país. O Grupo busca fortalecer novas pesquisas com o intuito de registrar e visibilizar cada vez mais a trajetória histórica do povo negro da região de fronteira do extremo sul do Brasil.

Tratos, contratos e conflitos: as experiências de trabalho de libertos e libertas em Cruz Alta/RS entre 1880 e 1900

- *Maria do Carmo Moreira Aguilar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Nesta comunicação, apresento o livro *Linha Fão e Rincão dos Caixões: uma história de quilombos no Rio Grande do Sul*, de minha autoria, que versa sobre a trajetória de duas comunidades remanescentes de quilombos ligadas por laços familiares, nas derradeiras décadas do século XIX até o tempo presente. Através das narrativas dos projetos de autonomia via posse de terras, postos em prática pelos casais de libertos antepassados do grupo, analiso o pós-Abolição no Rio Grande do Sul a partir do mercado de trabalho e das possibilidades dessa parcela da população se constituir numa relação de alteridade e de manter um modo de vida próprio, num contexto de exclusão. Observo suas percepções de mundo e seus modos de vida comunitários. Investigar este modo de estar é também perceber de que maneira essas comunidades forjaram suas tradições em suas experiências históricas de luta, por vezes, em franca oposição às formas de produção e reprodução da vida em um mundo capitalista e globalizado. Nesta análise, utilizo História Oral e pesquisa documental. Colocando em diálogo as fontes escritas e a memória coletiva, observou-se a densidade de uma tradição de luta que, desde o século XIX, foi sendo reinventada frente aos novos contextos, mais violentos e excludentes. Ao final da leitura, tem-se um palco de lutas, sociais e políticas pelo direito à cidadania, travadas pela primeira geração de libertos e pelos seus descendentes no decorrer do século XX. Embates que, nos quilombos, perduram até a atualidade, traduzidos no direito de permanecer no território.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 14 (Miniauditório CEHUS) ARRANJOS E RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE A ESCRAVIDÃO E O PÓS-EMANCIPAÇÃO

- Comentadora: *Angela Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Debates históricos e historiográficos sobre o trabalho doméstico no Brasil

- *Caroline Cardoso da Silva (Universidade Federal de Pelotas)*

Na presente comunicação, busco trazer debates para a construção da minha tese de doutorado em História, que tem como objetivo estudar o trabalho doméstico numa perspectiva histórica, construindo narrativas sobre as trajetórias de vida, de trabalho e



de lutas de mulheres trabalhadoras domésticas na Pelotas atual. Estudo o trabalho doméstico primeiramente como uma categoria de trabalho, abrindo leques para o entendimento de quem o exerce, historicamente. As discussões teóricas perpassam debates caros aos historiadores brasileiros, tais como os mundos do trabalho, a História das Mulheres, a construção histórico-social do Brasil, a categoria de interseccionalidade, a História Social, a História do Tempo Presente e os processos de emancipação e pós-Abolição, pensando que o trabalho doméstico atual remonta a arranjos da escravidão e que passam por desvalorizações dadas da herança de um país que aboliu a escravidão, mas não deu mínimas condições para que essa nova classe trabalhadora assalariada se constituísse com uma mobilidade econômico-social para sair da condição de subalternidade. Pensando nos eixos que compõem os estudos sobre emancipação e pós-Abolição, como o trabalho e agenciamentos na aquisição e experiências da liberdade, o racismo e mobilidade social, a perspectiva de gênero e raça e as lutas e sociabilidades, incorporei ao pré-projeto de pesquisa os debates acerca dos processos de Abolição e liberdades, pensando que os arranjos sociais do racismo e do machismo assim o são porque a escravidão ainda é muito presente nos contextos de classes populares e trabalhadoras no Brasil.

"Se for quitandeira, melhor": relações e arranjos de trabalho de pretas quitadeiras na cidade do Rio de Janeiro entre 1871 e 1888

- *Julliane Guedes Leite (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

O trabalho é parte de dissertação em andamento, que toma como objeto de análise o ofício de pretas quitadeiras da cidade do Rio de Janeiro no período de 1871 a 1888, com o objetivo geral de compreender experiências dessas trabalhadoras e as transformações das relações e arranjos de trabalho delas, no contexto em que a dinâmica da escravidão ganha novos contornos. Com isso, pretende-se ampliar a compreensão sobre essas mulheres e suas lutas por espaços e permanências, partindo da esfera laboral, mas também observando-as em seus cotidianos e suas redes sociais, seus engajamentos e estratégias. Nesse sentido, por meio de anúncios em periódicos, são observadas as complexas relações entre demandas pelo trabalho de quitadeiras, o aluguel e a venda dessas profissionais, verificando circunstâncias como as condições de trabalho, as jornadas e os valores de remuneração dos serviços prestados. Com essa discussão, procuramos pensar os efeitos da Lei de 1871, as dinâmicas de escravidão e liberdade para mulheres e, mais especificamente, a mudança de perfil das relações de trabalho de uma década para a outra, entrelaçando os campos da escravidão urbana, História Social do Trabalho e gênero.

Entre Floripes e Franciscos: relações familiares e de trabalho no pós – abolição em Piraí, Rio de Janeiro (1880–1903)

- *Maria Eloah Bernardo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

Essa apresentação tem como objetivo pensar as especificidades das relações de trabalho e sociabilidade entre mães e filhos escravizados e/ou descendentes de escravizados no município de Piraí-RJ. Tal análise visa a investigar como diversos ex-proprietários de escravizados buscavam manter os menores como mão de obra através de processos tutelares em tempos de emancipação. Para essa apresentação, selecionamos



trinta processos de cunho tutelar que envolvem meninos e meninas menores de idades e racializados, seus familiares e tutores, com objetivo de investigar quais os limites práticos dos processos levados ao juízo de órfãos do município. Através dessas fontes, é possível acompanhar casos em que as mães lutam juridicamente para manterem a tutela de seus filhos ou até mesmo passá-la para alguém de sua confiança, além de menores que buscavam, dentro das limitações, fazer valer suas necessidades. Dessa forma, é possível compreendermos como as estratégias familiares e de sobrevivência econômica caminhavam de maneira conjunta para esses indivíduos, possibilitando uma negociação, mesmo que desigual, entre tutores e pupilos com seus familiares. Levamos em consideração a perspectiva de que as tutelas poderiam ser utilizadas como forma de legitimar o trabalho infantil diante da escassez de mão de obra em um município dependente da escravidão até o 13 de maio. Além disso, seguimos a perspectiva de que mães e filhos puderam, de alguma forma, garantir direitos como a remuneração e impor alguns limites na forma pela qual esse trabalho deveria ser feito, sem interferir em suas redes de sociabilidade.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 15 (Sala 1 CEHUS) QUILOMBOS, REBELDIA E TERRITÓRIOS NEGROS

- Comentadora: *Renata Figueiredo Moraes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*
Las Rodríguez[s/z]: raça e gênero na fronteira Brasil e Uruguai através de uma perspectiva feminista decolonial

- *Hariagi Borba Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*
Este trabalho tem o objetivo de, por meio da história oral, investigar a trajetória de vida de mulheres na fronteira de Aceguá (BR) e Acegua (UY). Eva Rodríguez, filha mais velha de Natalia Rodrigues, é uma mulher negra, mãe, católica e inspetora de trânsito da cidade de Noblia (12 km de Acegua-UY). A escolha pelo tema de pesquisa perpassa a necessidade do *pueblo* de Acegua-á de resgatar sua história feminina, negra e indígena. A história de Natalia, assim como a de Eva e de seus irmãos, não é reconhecida na cidade onde vivem, inclusive, onde nasci e cresci. Sabe-se sobre a colonização açoriana e das ilhas Canárias, mas não a do território. Outro motivo para a escolha do tema está na minha condição de mulher de fronteira ou “pesquisadora-fronteiriça”. Através das lentes feministas, compreende-se o apagamento das experiências das mulheres de fronteira: como é ser mulher e viver em uma fronteira? Que códigos subjetivos afloram nesta condição? Esta comunicação terá três momentos: 1) contextualização geográfica e histórica de Acegua-á desde 1863 até a atualidade, articulada às discussões sobre fronteira; 2) elaboração de fontes na História Oral a partir da familiaridade e a proximidade da pesquisadora com suas entrevistadas; 3) analisar as entrevistas através de um olhar da História Oral feminista decolonial. Compreendemos que investigar as experiências de mulheres na fronteira é importante para a produção de “outras histórias” sobre Acegua-á e seus habitantes.

Do encontro de mulheres: momento artístico-musical no Quilombo Paredão Baixo

- *Lúcia Jacinta da Silva Backes (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)*



A pesquisa em andamento objetiva visibilizar/valorizar a cultura afro-brasileira da/na região do vale do Paranhana, mediante a ampliação de registros de trajetórias do povo negro nessa região, a partir de seu ponto de vista. Pretende-se trazer à tona a visibilidade/valorização cultural por meio de manifestações culturais tais como sonoridades, cantos e danças que envolvem diferentes espaços sociais, educacionais, religiosos e culturais em que há a presença de várias etnias que compõem o vale do Paranhana. O foco, porém, são narrativas de pessoas negras que frequentam estes ambientes, para contarem suas memórias, identidades, crenças e trajetórias de pertencimento na região, tendo em vista tais manifestações culturais, como reconhecem a cultura afro-brasileira e se reconhecem dentro delas. Será feita uma entrevista semiestruturada com um grupo de pessoas negras (duas ou três de cada faixa etária) constituído por crianças entre 5 e 12 anos, adolescentes entre 13 e 17 anos, adultos acima de 18 anos até a faixa dos 60 anos e pessoas com mais de 70 anos. A etnomusicologia (NATTIEZ, 2020), cujos estudos têm como foco a música de diversos grupos sociais, étnicos e culturais, está na base teórica, como também estudos da memória (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2003 e HALL, 2005), quanto às questões de identidade. A leitura/análise das narrativas visa, ainda, estabelecer um diálogo com estudos de autorias negras que discutem manifestações culturais na perspectiva de fazer emergir diferentes aspectos que envolvem a musicalidade africana e afro-brasileira, suas reverberações quanto à sua riqueza cultural e o seu (re)conhecimento frente a outras culturas.

14/09/2023 – 15h45-16h

Coffee break

14/09/2023 – 16h-17h45

Mesa-redonda: **Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Balanço aos vinte anos**

- *Coordenadora: Beatriz Gallotti Mamigonian (Universidade Federal de Santa Catarina)*

Lúcia Helena Oliveira Silva (Universidade Estadual Paulista, Assis)

Helen Osório (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Henrique Espada Lima (Universidade Federal de Santa Catarina)

Regina Xavier (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Jaime Rodrigues (Universidade Federal de São Paulo)

14/09/2023 – 18h-18h45

- **Atividade cultural: *Negros no sul do Brasil em audiovisual***

Discussão e lançamento dos filmes *Axerô* (Maria Falkembach, 2022) e *Em Nome de Cruz e Souza* (José Rafael Mamigonian, 2022), com Maria Falkembach (*Universidade Federal de Pelotas*) e Beatriz G. Mamigonian (*Universidade Federal de Santa Catarina*)



- Atividade cultural: *Apresentação do grupo Dani & Dena*

14/09/2023 – 19h-21h

Conferência

- *Marcus Joaquim Maciel de Carvalho* (Universidade Federal de Pernambuco): **O tráfico de escravos e a construção da elite imperial em Pernambuco na primeira metade do século XIX**



15/09/2023 – 8h30-9h30

Apresentação de pôsteres

SESSÃO 02 (Área de exposições CEHUS)

Escravidão e liberdade na Capitanía General de Chile: o papel dos defensores legais em processos de alforria (1750-1820)

- *Ándria Silva Sônego (Universidade Federal de Santa Catarina)*

O objetivo nesta apresentação é analisar o teor das demandas judiciais por liberdade ajuizadas na Capitanía General de Chile, com destaque para as formas assumidas pela intermediação realizada pelos defensores legais. O trabalho se debruça sobre dois recortes temporais, sendo o primeiro período situado entre as décadas de 1750 a 1770, com um predomínio de fontes disponíveis por parte de ações individuais. O segundo período recortado nas fontes abrange as décadas de 1800 a 1820, quando se verifica a presença de famílias tomando à frente na busca pela liberdade de algum ente. Ambas fontes se encontram no livro *Esclavos y esclavas demandando justicia. Chile 1740-1823*, de autoria de Carolina González Undurraga. Com base nessas duas frentes, a pesquisa objetiva investigar as formas assumidas pela intermediação realizada pelos defensores legais (*abogados* e defensores dos pobres), tanto em seu funcionamento institucional como no âmbito social em um momento de transformação das dinâmicas escravistas do Chile colonial e do país recém independente.

A defesa do território pela agricultura: a experiência do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no fortalecimento da produção orgânica das mulheres do quilombo Vila Nova em São José do Norte

- *Flávia Sabrina do Nascimento Lima (Universidade Federal da Fronteira Sul)*

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência que acompanhei como militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em São José do Norte-RS no processo de luta e resistência da comunidade remanescente de quilombo de Vila Nova por territórios livres de mineração em 2020. Através do projeto: *Mulheres resistindo à mineração no Rio Grande do Sul (Brasil) e criando alternativas: semeando vidas e plantando esperanças*, buscamos promover resistência ativa contra a empresa Rio Grande Mineração (RGM), cujo projeto era retirar as famílias quilombolas do território onde vivem e que está em processo de titulação. O projeto promovido pelo MAM junto às mulheres quilombolas pescadoras priorizava o fortalecimento da economia local, baseada na agricultura familiar. Temos particularmente tentando impulsionar a auto-organização das mulheres neste território. No caso de São José do Norte, a produção orgânica tem sido uma das pautas puxadas fortemente pelas mulheres. Neste trabalho, pretendo destacar que esta resistência à mineração na região tem sido protagonizada pelas mulheres negras agricultoras e pescadoras, num território marcado pela estrutura patriarcal que incide diretamente na vida delas. Apresentaremos o grande desafio de construir e potencializar os elos de solidariedade e reconhecimento do protagonismo político das lideranças formadas por mulheres negras, que tem lutado para que este território continue livre da contaminação da indústria extrativa mineral.



Escravos da religião: o caso da revolta da fazenda do Capão Alto (1864-1867)

- *Roan Teixeira da Silva (Universidade Federal da Fronteira Sul)*

Os recentes estudos historiográficos sobre escravidão no Brasil tem colocado em xeque muitos mitos. Porém, há relações escravistas ainda pouco estudadas: é o caso do tema desta pesquisa, a saber, os escravizados das ordens religiosas, mais especificamente da Ordem dos Carmelitas Descalços em Castro (PR), protagonistas, posteriormente, da Revolta do Capão Alto (1864-1867), quando da tentativa de reescravização pela empresa Ribeiro & Gavião. O primeiro objetivo é apresentar a organização produtiva da ordem e quem eram os escravizados. O segundo é compreender como estas relações originaram um tipo de escravidão com especificidades históricas, como o papel do trabalho vegetativo dentro das ordens religiosas. O terceiro é refletir sobre os motivos do apagamento da história da Revolta do Capão Alto, principalmente no município de Castro. Os autores utilizados para conduzir a pesquisa são Robson Pedrosa, no caso dos escravos das ordens religiosas em Pernambuco; Victor Hugo Moreira Franco, que vai falar sobre as constituições de famílias pelas ordens religiosas escravistas no Rio de Janeiro e, por fim, Joseli Maria Nunes Mendonça, que pesquisa o caso específico da revolta da fazenda do Capão Alto em Castro. Concluimos que, apesar da tentativa de apagamento da história do povo negro que resistiram na revolta da fazenda do Capão Alto, o resgate da memória destes escravizados e das relações do trabalho nas ordens religiosas contribui para os estudos históricos acerca da escravidão no Brasil e para o avanço geral sobre o tema na sociedade brasileira.

Escravidão, gênero e liberdade: um estudo das cartas de alforrias de mulheres escravizadas (Pelotas-RS, 1850-1888)

- *Marina Ribeiro Cardoso (Universidade Federal de Pelotas)*

Desde o século XX, os estudos de História Social têm-se ampliado e ocupado um espaço cada vez maior na historiografia brasileira, com pesquisas riquíssimas que se detêm em trazer para estas novas discussões aqueles que, por muito tempo, estiveram invisibilizados perante a grande diversidade de linhas que abrange a História. Entre estas categorias encontra-se a História Social da Escravidão e da Liberdade, a qual tem sido pensada a partir das vivências e experiências cotidianas de pessoas africanas e seus descendentes que foram escravizados(as) em território brasileiro; e a historiografia das mulheres, que contempla, atualmente, o mesmo espaço crescente de visibilização, discussão e reflexão. Ela vem suscitando, sobretudo, o pensar acerca das particularidades do gênero dentro de distintos lugares e temporalidades. Neste projeto de pesquisa, torna-se essencial quando pensada juntamente às questões de raça e condição social, o que fazia deferir as experiências de mulheres negras e escravizadas no período de 1850 a 1888 e para além desse marco. Assim, o mesmo irá, a partir destas duas importantes linhas de pesquisa, investigar as cartas de alforria de mulheres escravizadas que as estavam conquistando no período mencionado, objetivando, sobretudo, estudar o processo de conquista da liberdade, analisando os ofícios que exerciam e como tais práticas auxiliaram na obtenção da alforria, sem deixar de atentar-se àquelas que não os tinham mencionados em suas manumissões. Intenciona-se, ao final, revelar trajetórias



distintas de resistência e luta, individuais e coletivas, contra o sistema escravista na cidade de Pelotas.

Territórios negros de Arroio Grande-RS.

- *Bruna Teles Mena e Isadora Teixeira da Cunha (Universidade Federal do Pampa)*

O presente resumo objetiva apresentar a pesquisa que se encontra em fase inicial de desenvolvimento sobre os territórios negros de Arroio Grande-RS. O projeto vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA), criado em 2019 na Universidade Federal do Pampa, *campus* Jaguarão, vinculado ao Laboratório de História Social e Política (LAHISP), que objetiva a elaborar pesquisas acerca da comunidade negra da região Sul, na área de fronteira com o Uruguai. Nesse sentido, inspirados no trabalho realizado em 2011 sobre os Territórios Negros de Jaguarão de Andréa de Gama Lima e Caiuá Cardoso Al-Alam, atualmente é desenvolvido o projeto de extensão *Oficina Territórios Negros de Jaguarão* junto às escolas de educação básica do município. Em decorrência do projeto citado, começamos a pensar a respeito dos territórios negros de Arroio Grande. Partindo da ideia de que “território” seja muito mais do que localidade física bem delimitada, iniciamos um mapeamento de espaços ocupados pelo protagonismo negro através de memórias de moradores da cidade, em conversas informais e rodas de memórias. Estamos construindo assim, um banco de dados que são transpassados para um mapa da cidade, espelhando as memórias em uma dimensão mais tangível que possibilite, em um futuro breve, a realização de atividades pedagógicas, visando práticas reflexivas numa abordagem antirracista direcionada às escolas de Arroio Grande. Entendemos que tais práticas pedagógicas sejam fundamentais na conexão e problematização do passado histórico da cidade, visibilizando os protagonismos negros e sendo um referencial no combate ao racismo.

Identidade negra em Pelotas no pós-Abolição

- *Paulo Ricardo Vargas da Rocha Junior (Universidade Federal de Pelotas)*

Pelotas possui grande contingente de pessoas negras devido a imensa mão de obra escravizada utilizada nas charqueadas da cidade. Essas pessoas escravizadas procuravam de alguma forma melhorar sua condição social almejando se aproximar da dignidade humana que lhes foi tirada. Através do associativismo, incubado em entidades religiosas no pré-abolicionismo, viam um modo de se inserirem na comunidade em que viviam e buscar auxílio em suas demandas essenciais. O associativismo do pré-abolicionismo viabilizava certa autonomia às pessoas escravizadas que dele faziam parte, pois, proporcionava um espaço de interação entre elas, o que fora desses locais era altamente apreendido. Porém, mesmo nesses clubes associativos, não estavam imunes ao controle da elite dominante. Essas entidades pré-abolicionistas dariam origem aos *clubes negros* no pós-Abolição. Tais clubes permitiram a constituição de uma identidade negra positiva, buscando uma posição social diferenciada numa sociedade racista e almejando o exercício da cidadania que, se por direito era possível, na prática possuía diversas barreiras impostas pela elite pelotense. Sendo assim, buscavam mimetizar os modos, costumes e hábitos da elite dominante e se afastarem dos estereótipos negativos atribuídos aos negros. Dessa forma, buscaremos identificar as razões dessa aproximação



com os hábitos da elite e o conseqüente abandono de costumes tradicionais ou então a adequação desses costumes para serem aceitos socialmente e não o combate ao preconceito afirmando suas raízes afrodescendentes. Objetiva-se também identificar se houveram tentativas de afirmação dessas raízes através de entidades e as possíveis ações do Estado sobre elas.

15/09/2023 – 9h15-9h30

Coffee break

15/09/2023 – 9h30-12h

Sessões de comunicações (mesas 16 a 18)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 16 (Auditório CEHUS) ESCRavidÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ESPAÇOS

- Comentador: *Luís Augusto Ebling Farinatti (Universidade Federal de Santa Maria)*
“Famílias de cores pretas e pardas”: a presença negra em uma sociedade em formação (Arraial de Morro do Chapéu, Jacobina, BA, século XIX)

- *Jackson André da Silva Ferreira (Universidade do Estado da Bahia, Campus Jacobina)*
Em 1889, Honório de Souza Pereira, 79 anos, branco, criador de gado e membro da elite local da vila de N^a S^a da Graça do Morro do Chapéu, escreveu um pequeno texto relatando aquilo que julgava importante sobre a ocupação do espaço em que nascera e vivera durante todo o tempo. Iniciou sua narrativa no século XVIII, antes do seu nascimento, evocando o que ouvira dos pais e dos mais velhos. Sua atenção estava voltada para as famílias que contribuíram na formação, riqueza e crescimento da vila mineradora e pecuarista. Destacara, especialmente, as brancas. Porém, a certa altura de sua narrativa, destinou dois parágrafos para lembrar que na formação de Morro do Chapéu “também concorreram muita gente de fora, com famílias de cores pretas e pardas”. O objetivo dessa comunicação é apresentar resultados preliminares de uma pesquisa que procura mapear e traçar o perfil da população negra em Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, Bahia, durante a escravidão e o pós-Abolição. No entanto, nesse momento, o recorte temporal será menor, entre 1815 e 1864, período em que Morro do Chapéu foi arraial e freguesia da vila de Jacobina. Usarei, para isso, os livros eclesiásticos das freguesias de Santo Antônio de Jacobina e de N^a S^a da Graça do Morro do Chapéu.

Uma cidade negra? Santos–SP e algumas imagens cristalizadas na historiografia paulista

- *Airton Felix Silva Souza (Universidade Federal de São Paulo)*
É notável a ausência de estudos sobre a cidade de Santos na primeira metade do século XIX. O recorte temporal desta pesquisa considera que os principais trabalhos sobre a cidade durante o Oitocentos se fixaram em sua segunda metade e estão centrados em temas como *boom* do café, o desenvolvimento urbano em sua relação com a modernização e a concessão do porto e a inauguração da ferrovia *São Paulo Railway*. Além disso, a formação do movimento operário e a escravidão no contexto da modernização do espaço público e de importantes transições sociais e políticas que se



desenvolviam na cidade são outros temas abordados. Importantes trabalhos tratam deste período de transição, entre as décadas de 1870 e 1910. Consideramos que a falta de trabalhos que abarquem a primeira metade do XIX está relacionada, também, aos resquícios da denominada “paulistanidade” enquanto tradição historiográfica paulista produzida entre o fim do século XIX e a metade do XX. Uma decorrência desses resquícios diz respeito ao pequeno número de trabalhos com enfoques que permitam refletir acerca de determinadas características da vila – elevada em 1839 à categoria de cidade –, mormente as relacionadas aos atributos da categoria historiográfica *cidade negra atlântica*. Essa comunicação propõe, portanto, uma reflexão acerca da própria categoria *cidade negra atlântica*, assim como refletir acerca da influência de um ideário e de uma tradição historiográfica que, ligados às elites cafeeiras paulistas, influenciaram a constituição da memória social e da historiografia local da principal cidade portuária de São Paulo.

Um porto negro ao sul do Império: criminalidade e escravidão em Rio Grande (1850–1888)

- *Douglas Reisdorfer (Universidade Federal de Pelotas)*

No extremo-sul do Império, a escravidão negra foi parte constitutiva do mundo do trabalho, sendo empregada nas mais diversas atividades: na agricultura e na criação do gado das estâncias, na produção charqueadora em Pelotas, nas atividades urbanas das cidades, no transporte marítimo e fluvial de mercadorias e pessoas. A cidade de Rio Grande, enclave portuário, era crucial neste processo, já que desempenhava as atividades de importação de produtos e exportação das fazendas produzidas na província do Rio Grande do Sul. Em meados do século XIX, a população negra escravizada desta cidade foi significativa: no ano de 1842, por exemplo, atingiu o percentual de 41,76% de toda a população. Trabalhadores escravizados se faziam presentes em atividades agrícolas, sim, mas também no espaço urbano, trabalhando no ganho, na comercialização de produtos e nas atividades portuárias, entre outras. Vivenciando o jugo do cativo, aquelas pessoas envolviam-se nos mais diversos conflitos, seja contra seus senhores, contra as autoridades policiais ou entre si. A criminalidade fez parte disso. Assim, neste trabalho, busca-se investigar a escravidão em Rio Grande através de autos criminais, com o objetivo analisar a criminalidade escrava. Para tanto, utiliza-se abordagem quantitativa, mas também se procura examinar a inserção dos cativos no mundo do trabalho, sua resistência cotidiana e os conflitos entre parceiros de cativo. Com o intento de adentrar o mundo social da escravidão, a presente pesquisa inspira-se em metodologia indiciária, por meio da qual se obtêm rastros das relações sociais, de trabalho, parentesco e amizade em que os cativos estavam envolvidos.

O tráfico de escravos, comércio de farinha e a devastação da Mata Atlântica na Bahia entre 1770 e 1831

- *Alex Andrade Costa (Universidade Federal da Bahia)*

Este trabalho analisa os impactos do comércio atlântico de mercadorias, em especial o tráfico de escravos da África para o Brasil, sobre a devastação das florestas ao sul do Recôncavo da Bahia. A partir de variadas fontes, como os dados da Alfândega da praça de Salvador, inventários de lavradores e correspondências trocadas entre as



autoridades da Bahia, Angola e Costa da Mina, é possível perceber que no século XVIII o sul do Recôncavo e as vilas litorâneas em torno da baía de Camamu já ocupavam o importante lugar de abastecedoras de alimentos para a cidade de Salvador e o Recôncavo, além de terem se tornado fundamentais no abastecimento das embarcações que ali ancoravam, fosse para trazer mercadorias ou escravos, fosse em busca de suprimentos para seguir viagem pelo Atlântico. A demanda impulsionou as lavouras de mandioca, que também supriam essas embarcações, a avançarem sobre as matas da região. De forma concomitante, esta mesma movimentação fomentou a ampliação de estaleiros dedicados à construção ou conserto naval usando as madeiras nobres que existiam em abundância. No final do século XVIII, a demanda por farinha de mandioca cresceu de forma exponencial em Angola devido às intensas secas que arrasavam o território, exigindo providências do governo da Bahia para evitar um desabastecimento de escravos do lado de cá. Portanto, a devastação da Mata Atlântica é resultado da expansão das lavouras de mandioca e da exploração de madeiras para a construção naval, ambas a serviço direto ou indireto do tráfico de escravos.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 17 (Miniauditório 1 CEHUS) TRÁFICO REGIONAL E INTERPROVINCIAL

- Comentadora: *Beatriz Gallotti Mamigonian (Universidade Federal de Santa Catarina)*

O tráfico regional e interprovincial de escravos na região de Passo Fundo-RS (1850–1884)

- *Áxsel Batistella de Oliveira (Universidade de Passo Fundo)*

O trabalho proposto compreende a análise em torno do tráfico interno de cativos na região de Passo Fundo-RS nos anos de 1850 a 1888. Para o referido estudo, utilizamos como fontes de pesquisa os contratos de compra e venda de escravos disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, adicionados aos dados historiográficos. Através da leitura analítica destes contratos, procurou-se evidenciar os perfis dos cativos na região, as regiões que estabeleciam comércio com Passo Fundo, assim como problematizar o seu papel do cativo e a sua importância socioeconômica para a manutenção das grandes propriedades. Busco compreender como os escravos estavam inseridos no cenário histórico do norte do Rio Grande do Sul como a base econômica e social do período. No caso dos documentos referentes aos cativos no século XIX, procuro estabelecer linhas de análises sobre o comércio dos cativos e o que os caracterizava como mercadoria. O cenário multifacetado do século XIX nos coloca diante de um complexo núcleo de informações e contextos, que necessitam do olhar do historiador e de sua metodologia para que sejam extraídas e analisadas de forma crítica e reflexiva. O procedimento de trabalho com as fontes se dá a partir de leitura crítica interna e externa dos documentos, individualmente e por série, passível de elaborarmos as variáveis de interpretação, elaboração de gráficos, tabelas e cartografias no processo de organização dos dados empíricos das fontes.

O tráfico interno de escravizados e o recrutamento na Guerra do Paraguai

- *Denise Moraes Gouveia Da Silva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*



No final de 1866, o Império brasileiro publicou uma normativa que regulamentava o recrutamento de escravizados para a Guerra do Paraguai. O conflito já durava quase dois anos e tanto Exército quanto Marinha vinham enfrentando dificuldades no incremento de suas forças. O decreto nº 3.725, de 6 de novembro de 1866, foi alvo de intensa discussão no Conselho de Estado e acabou possibilitando, na prática, que milhares de escravos de todo o país fossem comprados pelo próprio governo, alforriados e, em seguida, alistados, em um movimento que envolveu agentes do Império e proprietários de todo o país e, em algumas localidades, mobilizou significativamente traficantes do comércio interno. Este trabalho tenta mostrar como negociantes da província da Bahia se articularam e venderam centenas de escravizados para as forças militares brasileiras durante a Guerra do Paraguai.

Minas são muitas: características do tráfico interno em duas regiões mineiras nas décadas finais da escravidão (1861 – 1888)

- *Ulisses Henrique Tizoco (Universidade de São Paulo)*

Este artigo visa tecer comparações entre duas realidades regionais mineiras acerca do tráfico interno de trabalhadores escravizados ao longo das três últimas décadas de vigência do regime escravista brasileiro. De um lado, Mariana e Bonfim do Paraopeba, municípios de portes diversos situados na região Mineradora Central e, do outro, Uberaba, à época a principal cidade do Triângulo. Embora localizadas na mesma província, então detentora da maior população escravizada do Império, as regiões em tela apresentavam, além da relativa distância geográfica, economia, demografia e histórico de ocupação consideravelmente distintos entre si, motivando esta análise comparativa a questionar até que ponto tais diferenças teriam influenciado sobre as feições assumidas pelo tráfico interno num momento em que este exercia protagonismo cada vez maior no tocante à reposição da mão de obra cativa no Brasil. Buscou-se privilegiar a análise das fontes cartoriais (escrituras e procurações destinadas a negociar escravos), dialogando com a produção bibliográfica existente sobre a temática para as duas regiões, sendo os resultados aqui apresentados os primeiros advindos de uma pesquisa de doutorado em curso, que tem como objeto de estudo o panorama do tráfico na província mineira durante as décadas finais da escravidão.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 18 (Miniauditório 2 CEHUS) FUGAS, ROUBOS E O MERCADO DE ESCRAVIZADOS

- Comentador: *Jonas Moreira Vargas (Universidade Federal de Pelotas)*

"Respondeu que lá não ia e que não queria servir ao seu senhor": roubos de escravos no Oeste Paulista, segunda metade do século XIX

- *Alissa Galdino de Souza (Universidade Estadual de Campinas)*

Este trabalho refere-se aquilo que pretende ser o primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, isto é, uma análise das fontes que permita apresentar o tema e sua relevância para a historiografia da escravidão. O tema em questão trata do roubo de escravos e sua possível relação com as fugas no Oeste Paulista, mais especificamente nos municípios de Campinas e Jundiá na segunda metade do século XIX. As fontes eleitas são processos criminosos encontrados no Centro de Memória da UNICAMP (CMU) que,



num segundo momento, servirão de base para a realização de um cruzamento nominativo com outra documentação. O problema colocado para pesquisa parte dos seguintes questionamentos: quais os limites entre sedução, agência e cumplicidade nos casos de roubos de escravos? Teriam os escravizados uma maior participação nesses casos do que a historiografia nos mostrou até o momento? Desta forma, com aporte documental, buscarei responder as perguntas, na tentativa de apontar novos caminhos para a historiografia que estuda o assunto.

Fugas de escravizados para trocar de senhor no Sudeste Brasileiro 1828 – 1880

- *Ana Carolina Coelho Chicorski (Universidade Estadual de Campinas)*

O trabalho tem como objetivo analisar casos de fugas de escravizados para trocar de senhor no Sudeste brasileiro durante a segunda metade do século XIX. Essa forma de resistência era mobilizada pelos escravizados quando seus proprietários legais não supriam as demandas e expectativas a respeito do que eles consideravam como um cativo minimamente justo. Buscaremos demonstrar como esse tipo de fuga era fruto de uma tradição atlântica, de uma economia moral pautada em um direito costumeiro centro-africano de poder escolher a quem servir que atravessou o Atlântico e foi adaptado para o contexto da escravidão no Brasil. Ademais, buscaremos conectar essa prática com situações que chegavam à justiça sob a imputação de roubo ou furto de escravos. Mostraremos que na maioria desses casos, mais do que serem roubados, os escravizados “se deixavam roubar”, isto é, fugiam com o auxílio de alguém na intenção de serem vendidos a outros senhores. Por fim, conectaremos os casos de fuga e roubo com as malhas do comércio interno de cativos que se consolidou no Brasil a partir de 1850. As fontes da pesquisa foram processos cíveis de reivindicação de propriedade que tiveram apelação para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro entre 1828 e 1880. Essas fontes informam sobre casos de proprietários que estavam requerendo a restituição de posse de cativos que haviam fugido e sido encontrados abrigados e prestando serviços na casa de outra pessoa. Essas fontes permitem acompanhar os caminhos percorridos pelos escravizados que fugiam para trocar de senhor, bem como suas motivações e aspirações.

Furtos e roubos de escravos no expediente da polícia imperial

- *Larissa Biato de Azevedo (Universidade Estadual Paulista)*

No Brasil imperial, uma das atribuições da nascente polícia consistiu em lidar com os furtos e roubos de escravos, o que dizia respeito à garantia da propriedade e da segurança individual, deveres vinculados ao Estado que então emergia. Das províncias do Norte às do Sul, concomitantemente à entrada ilegal de africanos nos portos do Império e ao comércio interprovincial de escravos, as práticas de acoitamentos, “sedução” e condução de escravos alheios demandaram ações por parte das autoridades investidas de funções e cargos policiais, especialmente entre as décadas de 1830 e 1850. O objetivo desta comunicação é refletir sobre o Brasil escravista através da análise das ações policiais relativas aos roubos de escravos no decorrer do século XIX. Para tanto, serão exploradas diferentes fontes de época, como leis, registros de ocorrências, anúncios



policiais, denúncias e requisições de senhores de escravos, bem como a bibliografia especializada. Busca-se entender e explicar, junto ao expediente policial de outrora, como uma parcela da população do Brasil foi considerada, ao mesmo tempo, coisa e pessoa enquanto vigorou a escravidão no país.

Mercado de escravos num espaço de economia subsidiária: (São Borja-RS, 1845–1870): primeiras notas de pesquisa

- *Leandro Goya Fontella e Emersom Ciocheta Roballo (Instituto Federal Farroupilha)*

O comportamento do mercado de cativos numa área de economia subsidiária do Brasil monárquico é a temática central da investigação em curso. A análise recai sobre o município de São Borja (porção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul), onde as principais atividades produtivas foram a pecuária bovina (destinada às charqueadas sul rio-grandenses) e a muar (para a Feira de Sorocaba). Nesta comunicação, aplicando o método serial-quantitativo, pretende-se analisar a flutuação dos valores dos cativos conforme critérios de origem (africanos e crioulos), sexo (homens e mulheres) e faixa etária (crianças, adultos e idosos) através dos registros de compras e vendas de escravos de 1832 a 1870. Além disso, almeja-se comparar os valores com outros referenciais econômicos, como a média dos valores dos escravos e do gado *vacum* em inventários *post mortem*. Algumas considerações preliminares já podem ser esboçadas. Primeiramente, o fluxo de transações foi baixo de 1832 a 1859, aumentando significativamente na década de 1860. Isso pode indicar que: 1) as transações foram pouco frequentes até 1859 ou, mais provavelmente, se davam informalmente; e 2) o aumento das negociações (e dos valores) de cativos nos anos 1860 podem ser o efeito da efetiva proibição do tráfico transatlântico de escravos africanos (1850), o que teria provocado o aumento da comercialização, assim como do preço, de cativos dentro do Brasil. Ademais, os crioulos e as mulheres eram mais valorizados que africanos e homens, respectivamente; o que, talvez, se deva à maior média de idade dos africanos e a capacidade reprodutiva das mulheres.

15/09/2023 – 12h-13h45

Almoço

15/09/2023 – 13h45-15h45

Sessões de comunicações (mesas 19 a 22)

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 19 (Auditório CEHUS) INTELECTUAIS NEGROS E ESTUDOS SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

- Comentadora: *Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)*

Carlos Galvão Krebs e a etnografia pioneira sobre as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul

- *Vinicius Pereira de Oliveira (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense)*



Este artigo discutirá a obra de Carlos Galvão Krebs, folclorista que atuou entre as décadas de 1940 e 1990 estudando e registrando diversos temas da cultura nacional. Formado em Direito, História e Geografia e Artes Plásticas, foi professor de História da Arte na Universidade de Santa Maria e funcionário de carreira da Secretaria de Educação do Estado do RS. Atuou na fundação do Departamento de Tradição e Folclore, embrião do IGTF, ao lado de figuras como Paixão Côrtes e Barbosa Lessa. Particularmente, focaremos nos seus estudos a respeito dos cultos de matriz africana no Rio Grande do Sul, denominados de Batuque de Nação. Após alguns breves estudos de Dante de Laytano, Roger Bastide e Melville Herskovitz sobre a temática, Krebs foi o primeiro pesquisador a realizar etnografia mais aprofundada junto a terreiros de Porto Alegre a partir de 1948. Em uma época na qual o Batuque era alvo de perseguições e estigmatizações, publicou diversas reportagens em jornais e revistas do país buscando levar ao grande público um pouco de conhecimento sobre o tema. Ao mesmo tempo, inseriu-se no campo de estudos afro brasileiros, via perspectiva folclórica, dialogando com intelectuais do Brasil e de fora do país. O presente artigo se baseia em conversas com familiares e na análise do seu acervo pessoal, acessado em 2020 e que se encontra em processo de doação junto a uma instituição de pesquisa.

Uma família entre a escravidão e a liberdade: constituição familiar do militante negro Arnaldo Dutra (Porto)

- *Felipe Rodrigues Bohrer (Universidade Federal Fluminense)*

A presente comunicação analisa a origem e a constituição familiar de Arnaldo Dutra (c.1889-1929), músico, ator, teatrólogo, funcionário público, jornalista, professor, médico e líder político ligado a diferentes jornais da imprensa negra e da imprensa operária, sobretudo com estreita relação com o maior veículo de comunicação do movimento negro do Rio Grande do Sul, o jornal *O Exemplo*. Filho de homem branco, pertencente a uma família tradicional, e de mulher negra, ex-escrava, o intelectual e militante Dutra escolheu construir uma trajetória marcada pela luta contra o preconceito de cor e pela defesa dos interesses da comunidade negra e da população pobre. Portanto, o objetivo consiste em realizar uma análise retrospectiva sobre a vida pregressa de Arnaldo Dutra, ao investigar primeiramente a origem de seus progenitores e seus diferentes locais sociais em uma sociedade escravista, visando acompanhar a formação de sua estrutura familiar. A partir deles, procura-se perceber como as condições da relação influíram na formação da família e como seus descendentes relacionaram-se com o passado e com a identificação racial. As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa compreendem a imprensa periódica, registros civis e eclesiásticos, registros de compra e venda de escravos, cartas de alforria, inventários e testamentos, relatórios administrativos e dados estatísticos e documentos diversos do acervo Octávio Dutra, entre outros.

Entre conquistas e infortúnios: o médico, poeta e jornalista negro Diógenes Baptista (Porto Alegre-RS, 1891-1962)

- *Vitor da Silva Costa (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)*

A presente comunicação apresenta as primeiras notas e apontamentos de tese de doutorado em desenvolvimento, sobre a trajetória de Diógenes Baptista (1891-1962)



durante o período do pós-Abolição porto-alegrense. Além de contribuir para os estudos de trajetórias negras no Sul do país, a pesquisa busca também evidenciar o potencial desses sujeitos negros protagonistas de suas narrativas e experiências sociais. Para dimensionar esta questão, o trabalho utiliza a imprensa negra enquanto fonte histórica, mais precisamente o periódico *O Exemplo* (1892-1930), semanário do qual Diógenes foi membro e colaborava com seus escritos nas seções poéticas e em artigos relativos à questão racial. Para além desse aspecto, sua trajetória também apresenta estratégias de sociabilidade comuns aos caminhos dos negros no pós-Abolição no intuito de ascender socialmente. Desta forma, perscrutar aspectos ligados ao trabalho, onde se inicia no funcionalismo público e através da educação, adentra no curso de Medicina. Em relação à família, há o caso em que Diógenes assassinou um indivíduo em razão da desconfiança do possível envolvimento deste com sua esposa Waldomira. O caso ganhou repercussão na imprensa local e levou à condenação e prisão de Diógenes. O episódio do cárcere é relevante em sua trajetória, pois durante esse período ele escreveu um folheto de poesias intitulado *Águaspes*. Pretendemos analisar o teor dos poemas, bem como a rede de sociabilidade mapeada através do folheto. Com isso, a complexidade que envolve esta trajetória reflete as múltiplas perspectivas que constroem o pós-Abolição.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 20 (Mini- Auditório 1 CEHUS) O ESTADO E A CLASSE SENHORIAL

- Comentador: *Ricardo Tadeu Caires Silva (Universidade Estadual do Paraná)*

Saindo da “crise”, planejando a “transição”: as últimas vontades senhoriais na última década da escravidão (Vale do Paraíba Fluminense, 1878–1888)

- *Felipe de Melo Alvarenga (Universidade Federal Fluminense)*

Em julho de 1878 ocorreu o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, os fazendeiros reuniram-se para debater a “crise da lavoura”, buscando solucioná-la. As falas dos congressistas foram bastante analisadas pela historiografia preocupada em compreender a “mentalidade” senhorial durante a “transição” do trabalho escravo para o livre no Brasil. Nesta comunicação, mudaremos o enfoque analítico. Propomos um método que nos permita visualizar todo um “movimento” de formulação de projetos no tempo que foram ensaiados, na última década escravista, partindo da análise das “últimas vontades”. Coletamos, de forma seriada, 210 testamentos entre os anos de 1878 a 1888 nos municípios de Valença, Piraí e Vassouras para analisarmos as estratégias de cada senhor a fim de lidar com a “crise” e com a “transição” das relações trabalhistas. Nesta região, compreenderemos como foi idealizado um mercado de trabalho projetado nestas últimas vontades e identificaremos a forma como esses testadores buscaram controlar a terra, o trabalho e o capital empatado em suas fazendas. A intenção é explicar como eles queriam que se desse a “transição”, isto é, como foi possível controlar o processo do fim do escravismo, planejando-o a partir de suas vontades testamentárias. Separamos estas intenções em três eixos: os projetos monetários, os projetos fundiários e os projetos escravistas. A partir deles, compreenderemos como, depois de 1878, estes senhores formularam planos ao longo da última década da escravidão para as suas propriedades. Esta será a nossa estratégia analítica para descongelar os discursos da “crise” tão comentada no Congresso de 1878.



Reclamações ultramarinas: o problema da escravidão sob o olhar de autoridades e senhores luso-brasileiros no século XVIII

- *Ricardo Alexandre Ferreira (Universidade Estadual Paulista)*

É conhecido dos estudiosos o amplo conjunto de correspondências produzido pelos colonos e autoridades de governo residentes no Brasil encaminhados ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. Tal documentação, contudo, ainda revela potencialidades a explorar. Uma delas é analisar as críticas e reclamações encaminhadas à metrópole sobre problemas na condução de devassas e outros expedientes da justiça criminal que envolveram escravos acusados de delitos do âmbito dos tribunais seculares. Tais reclamações, muito embora não se prestem à avaliação de uma verdade última sobre as práticas imputadas ou levadas a termo pelos cativos em suas atividades contemporâneas, podem contribuir para a compreensão do papel atribuído pelos residentes da colônia lusa da América às autoridades metropolitanas na arbitragem do delicado jogo que envolvia a atribuição de castigar dos senhores e o dever de punir das autoridades judiciais constituídas pela monarquia num momento, o Setecentos, em que a metrópole se interiorizava e o problema da escravidão ganhava contornos novos, tanto no cotidiano quanto na crítica moral que do cativo se passou a fazer na Península Ibérica e no Brasil. Atenta a tais questões, a presente comunicação valer-se-á de uma ampla pesquisa, realizada durante um período de estágio de pós-doutoramento no Centro de História da Universidade de Lisboa, na documentação lotada no Arquivo Histórico Ultramarino para avançar na compreensão de como senhores e autoridades de Estado lidaram com o problema da escravidão no mundo luso-brasileiro do século XVIII.

A recunhagem da moeda imperial: As reformas do Visconde do Rio Branco (1871–1875)

- *Rodrigo Goyena Soares (Universidade de São Paulo).*

A não ser pela Lei do Ventre Livre (1871), fartamente tratada na literatura historiográfica, as demais reformas empreendidas pelo Visconde do Rio Branco quando à frente da presidência do Conselho de Ministros (1871-1875) tenderam a ser analisadas separada e tematicamente, sem produzir, portanto, um sentido para o conjunto da obra. Propõe-se que o governo de Rio Branco remediou a medida emancipacionista com reformas financeiras, produtivas e tributárias, com vistas a serenar uma lavoura irrequieta com uma eventual Abolição. Em que pese a ampla paleta de reformas, também aqui examinada, o capital mobilizado por Rio Branco foi sobretudo destinado aos cafeicultores do Vale do Paraíba. O processo contou com larga participação do Banco do Brasil, para onde se deslocava o grande capital cafeeiro fluminense. Assim, reconduziu-se pela via de uma dívida pública muito ampliada um tipo de reformismo desigual já vislumbrado na década de 1850: operou-se, ao todo, uma recunhagem da moeda imperial.



SESSÃO DE COMUNICAÇÕES 21 (Mini- Auditório 2 CEHUS) TRABALHO, DEPENDÊNCIA E LIBERDADE

- Comentador: *Lúcia Helena Oliveira Silva (Universidade Estadual Paulista)*

Experiências de trabalho no pós-Abolição gaúcho: fontes e métodos (Alegrete e Santa Maria)

- *Gabriela Rotilli dos Santos (Fundação Oswaldo Cruz)* e *Guilherme Vargas Pedroso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Nesta proposta, pretendemos refletir sobre o trabalho no pós-Abolição gaúcho, partindo de duas cidades, Santa Maria e Alegrete, destacando suas especificidades e seus distanciamentos, tendo como recorte temporal o final do século XIX e primeiros anos do século XX. Através de um alinhamento com os preceitos teóricos e metodológicos da Micro História italiana que, partindo de uma redução no olhar analítico, busca responder questões gerais que são chaves para entender contextos, analisamos documentações geradas por instituições hospitalares, transcritas em banco de dados, cruzando-as com outras fontes, de modo a conseguir compreender parte dos mundos do trabalho no período observado. Para tanto, prestamos especial atenção aos efeitos da interação de marcadores sociais como gênero, classe e raça e suas implicações na ocupação dos postos de trabalho e do cotidiano dos seus exercícios.

O cotidiano das caravanas de Angola Central: trabalho e dependência nas sociedades em movimento, século XIX

- *Ivan Sicca Gonçalves (Universidade Estadual de Campinas)*

O discurso abolicionista português e a historiografia dominante acerca de Angola oitocentista consolidaram interpretações estanques e imprecisas sobre as condições de trabalho e vida dos carregadores de longa distância do interior do continente, que ocupavam a principal profissão não-agrícola da África Central. Esquematizando uma distinção entre regimes de trabalho forçado em oposição a práticas de trabalho livre, pouco se compreendeu sobre as técnicas, estratégias e negociações cotidianas de comerciantes e trabalhadores caravaneiros para o recrutamento e manutenção das caravanas por viagens que podiam se estender por vários meses. Com a proibição legal do tráfico atlântico de escravizados e a crescente demanda dos mercados industriais por gêneros agrícolas e extrativos, ao mesmo tempo que o abolicionismo trazia novos termos de disputa nas relações hierárquicas dentro e nos entornos da colônia portuguesa de Angola, essa mesma transformação comercial levou a demanda por trabalhadores de caravanas a níveis sem precedentes. O objetivo desta comunicação é precisamente apontar, a partir dos relatos diários do comerciante português António da Silva Porto, os principais termos de negociação e conflito para formação e manutenção das caravanas que saíam de um dos principais pontos do comércio interno angolano, o Planalto Central,



em um contexto não só de crescimento da demanda por carregadores, mas também de crescentes disputas político-econômicas dos estados africanos pelo controle do comércio atlântico, criação de novos termos de distinção social e intensificação do escravismo interno africano.

Os preços da liberdade: o pecúlio na Lei de 1871 e o recrudescimento do trabalho compulsório a partir dos termos de bem viver (1870–1890)

- *Maria Fernanda Ribeiro Cunha (Universidade Federal Fluminense)*

O entendimento da liberdade no debate jurídico alcançou diferentes formatos ao longo dos processos emancipatórios da escravidão. Nos pedidos de alforria salvaguardados pela Lei do Ventre Livre é possível encontrar discursos em torno da liberdade enquanto um benefício conquistado, sobretudo em razão da benevolência dos senhores e legisladores do Estado imperial. De modo que, para assegurar essa liberdade, era necessário indenizar os senhores e o Estado com garantias de trabalho compulsório e pecúlio. Em processo julgado no Supremo Tribunal de Justiça em 1874, o escravizado Thomaz é acusado de obter pecúlio por meios criminosos. Ao indeferir o pedido de liberdade, o juiz alega não poder ferir a propriedade e constrói seu argumento em torno da origem do pecúlio apenas por meio do trabalho consentido pelo senhor. Por outro lado, é possível observar o recrudescimento no policiamento de trabalhadores informais, sob a prerrogativa da segurança pública e a garantia do trabalho formal no período posterior à emancipação proporcionada pela lei do Ventre Livre. Nessa comunicação, pretende-se explorar os sentidos do embate entre a liberdade e a propriedade, colocando em contraponto os processos de pedidos de alforria mediante pecúlio e os processos de quebra de termo de bem viver, medida preventiva presente no Código Criminal de 1832, no período posterior à aprovação da Lei do Ventre Livre. Observo, assim, as porosidades presentes na liberdade tanto de trabalhadores escravizados quanto de trabalhadores livres ou libertos.

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES 22 (Sala 1 CEHUS) MODERNISMO E A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO

- Comentador: *Henrique Espada Lima (Universidade Federal de Santa Catarina)*
- **Mário de Andrade, Cunhaú e o patrimônio cultural dos engenhos escravistas**
- *Beatriz Gallotti Mamigonian (Universidade Federal de Santa Catarina)*

Entre dezembro de 1928 e fevereiro de 1929, em uma das paradas de sua segunda viagem etnográfica, Mário de Andrade esteve no Rio Grande do Norte. Ciceroneado por Luís da Câmara Cascudo e Antonio Bento de Araújo Lima, o escritor visitou Natal e algumas cidades e engenhos do litoral sul do estado. Mário conheceu, fotografou e registrou em seu diário a passagem por Arez, Goianinha, São José de Mipibu e Papari,



terra de Nísia Floresta. Em 14 de janeiro, conheceu e fotografou as ruínas do engenho Cunhaú, o mais antigo dos engenhos escravistas do Rio Grande do Norte, núcleo do poder secular dos Albuquerque Maranhão. Mário registrou em seu diário e em coluna publicada no jornal, o que a memória local cristalizara: o episódio de um massacre da Guerra dos Bárbaros no século XVIII e histórias pitorescas de personagens da família senhorial. Isso contrastava com sua fascinação pelas manifestações populares que vivenciou na região, entre elas um “zambê” com danças noturnas dos trabalhadores da fazenda Bom Jardim e as apresentações de Chico Antônio, tocador de coco. Mário de Andrade estava em sintonia com os debates sobre cultura africana na diáspora e formulava o que viriam a ser, nos anos seguintes, as missões etnográficas que registrariam manifestações culturais em várias localidades do Norte e do Nordeste. Em contraste, Câmara Cascudo trabalhou para um culto à nobreza dos Albuquerque Maranhão. Esta comunicação discute a história e a memória do passado escravista da região, e os meandros da patrimonialização de Cunhaú.

Oswald de Andrade e a memória da escravidão na obra *Pau Brasil*

- *Marcos Ferreira de Andrade (Universidade Federal de São João del Rei)*

Um ano após a viagem dos modernistas paulistas e mineiros a algumas cidades históricas de Minas Gerais, acompanhados do poeta franco-suíço Blaise Cendrars, passando por algumas fazendas da família Junqueira no sul de Minas, veio à luz a obra *Pau Brasil*, de Oswald de Andrade, impressa em Paris no ano de 1925. O livro de poemas está dividido em várias partes e retrata inúmeros aspectos da história do Brasil. Na parte “Poemas da Colonização”, num total de 15, mais da metade deles se refere ao passado escravista e ressalta tanto a violência do sistema quanto a resistência e a rebeldia escrava. Merece destaque o poema “Levante”. Em que pesem a especificidade literária e a estrutura linguística do poema, o modernista deixou registrada a memória da revolta dos escravos de Carrancas, ao fazer referência à oralidade e à exposição pública das cabeças dos escravos insurgentes: “Contam que houve uma porção de enforcados. E as caveiras espetadas nos postes da fazenda desabitada”. Esta comunicação discute como a temática da escravidão perpassa a referida obra e como alguns de seus poemas se remetem à memória da escravidão, ainda presente na região, especialmente da revolta dos escravos de Carrancas, ocorrida em 13 de maio de 1833.

A *Negra* de Tarsila do Amaral: questões sobre o modernismo e a escravidão

- *Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

A tela *A negra*, de Tarsila do Amaral, foi produzida em 1923, quando a artista estava na Europa estudando pintura com Fernand Legér. Um croqui da mesma imagem foi capa do livro de poesias *Le Formose*, baseado em mitos e lendas africanos, que Blaise



Cendrars escreveu sobre a viagem que fez ao Brasil acompanhado do casal Oswald e Tarsila em 1924. A tela teve boa circulação no meio artístico e foi exibida em algumas exposições individuais e coletivas, mantendo forte diálogo com o movimento modernista. A mulher negra já havia sido tema de pinturas de outros artistas brasileiros, a exemplo de Andrade Modesto Brocos e Lucilio Albuquerque. Todavia, *A Negra* de Tarsila rompeu com padrões interpretativos e visuais anteriores e trouxe uma estética nova através do traço, das cores e do fundo geométrico. Dessa forma, esta comunicação irá pensar que representação sobre as mulheres negras a tela contempla e com que ideias sobre gênero e raça dialoga. Tais questões são fundamentais para entendermos como os artistas modernistas, em especial Tarsila do Amaral, vislumbraram, através de suas obras, as relações entre o presente e o passado escravista.

15/09/2023 – 16h-17h45

Coffee break

15/09/2023 – 16h-17h45

Mesa-redonda: **Epistemologias geracionais de mulheres quilombolas (Miniauditório 1 CEHUS)**

- Coordenador: *Claudia Daiane Garcia Molet (Universidade Federal de Pelotas)*
Eva Lopes (Comunidade Quilombola Brasa Mora)
Elisangela Dias Schug (Comunidade Quilombola Passo do Lourenço e Arredores)
Nara Beatriz Matias Soares (Comunidade Quilombola Manoel do Rego)

15/09/2023 – 18h-18h45

Lançamento de livros e premiação dos pôsteres (Auditório CEHUS)
Atividade cultural: apresentação de Dan Filipe

15/09/2023 – 19h-21h

Atividade cultural e jantar (Clube Cultural *Fica Ahí Pra Ir Dizendo* com apresentação de *Preto de Sapato* com Eduardo Freda e Rogers Lemes)



16/09/2023 – manhã

Atividades culturais (por adesão)

Caminhos Negros: caminhada cultural promovida pelo Kilombo das Gurias a pontos de referência da Memória e Patrimônio Negro de Pelotas

16/09/2023 – tarde

Atividades culturais (por adesão)

Visita guiada ao centro histórico



ÍNDICE DE AUTORES, COMENTADORES E CONFERENCISTAS

Airton Felix Silva Souza	43
Aislan Soares Viçosa	24
Alex Andrade Costa	9, 44
Alissa Galdino de Souza	46
Alisson Barcellos Balhego	31
Amanda Camila Esteves de Souza	29
Ana Carolina Coelho Chicorski	47
Anderson Machado	22
André Nicacio Lima	30
Ândria Silva Sônego	40
Angela Oliveira	35
Aristeu Elisandro Machado Lopes	20
Áxsel Batistella de Oliveira	45
Beatriz Gallotti Mamigonian	38, 45, 53
Bruna Teles Mena	42
Caio Henrique Silva Fernandes	22
Caiuá Cardoso Al-Alam	21, 31, 34
Carlos Eduardo Moreira de Araújo	30
Carlos Santos da Silva	11
Caroline Cardoso da Silva	35
Claudia Daiane Garcia Molet	55
Dan Filipe	55
Daniela Magalhães da Silveira	15



Daniele Weigert	19
Denise Moraes Gouveia da Silva	45
Douglas Reisdorfer	44
Eduardo Freda	55
Eduardo Santos Neumann	18
Elaine Smaniotto	19
Elisangela Dias Schug	55
Emersom Ciocheta Roballo	48
Erika Cristina Damião	27
Euler Fabres Zanetti	31
Eva Lopes	55
Fábio Kuhn	31
Felipe de Melo Alvarenga	50
Felipe Rodrigues Bohrer	49
Fernanda Oliveira	21
Flávia Sabrina do Nascimento Lima	40
Franciele Rocha de Oliveira	21, 33
Francisca Raquel da Costa	16
Gabriela Rotilli dos Santos	52
Geza Lisiane Carús Guedes	16
Gian Carlo de Melo Silva	13
Gislaine Borba Ramos	9
Guilherme Vargas Pedroso	52
Hariagi Borba Nunes	37
Helen Osório	18, 38



Henrique Espada Lima	38, 53
Isadora Teixeira da Cunha	42
Ivan Sicca Gonçalves	52
Ivana Stolze Lima	14, 48
Jackson André da Silva Ferreira	43
Jaime Rodrigues	27, 38
Jonas Moreira Vargas	12, 46
José Rafael Mamigonian	38
José Ricardo Marques Resende Júnior	15
Julliane Guedes Leite	36
Jurama Bergmann Vieira	33
Laís Neves Bittencourt	25
Larissa Biato de Azevedo	47
Leandro Goya Fontella	48
Lorena Almeida Gil	21
Luana Teixeira	9, 19
Lúcia Helena Oliveira Silva	15, 38, 52
Lúcia Jacinta da Silva Backes	37
Luís Augusto Ebling Farinatti	14, 43
Magdalena Candiotti	21
Marcelo Santos Matheus	12
Marcos Ferreira de Andrade	26, 54
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho	29, 39
Maria do Carmo Moreira Aguiar	35
Maria Eduarda Albuquerque Mendez	24



Maria Eloah Bernardo	36
Maria Falkembach	38
Maria Fernanda Ribeiro Cunha	53
Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro	28
Mariana Almeida Assunção	10
Mariana de Aguiar Ferreira Muaze	33, 54
Marina Ribeiro Cardoso	41
Marinelma Costa Meireles	17
Matheus Eduardo Borsa	34
Matheus Sinder Nunes Herdy Coelho	28
Monique Marques Nogueira Lima	17
Nara Beatriz Matias Soares	55
Nathália Moro	19
Paulo Ricardo Vargas da Rocha Junior	42
Paulo Roberto Staudt Moreira	16
Regina Xavier	13, 38
Renata Figueiredo Moraes	32, 37
Ricardo Alexandre Ferreira	51
Ricardo Tadeu Caires Silva	10, 50
Roan Teixeira da Silva	41
Rodrigo Goyena Soares	51
Rogers Lemes	55
Taiane Anhanha Lima	20
Talison Mendes Picheli	11
Thiago Campos Pessoa	11, 29



Thiago Leitão de Araujo	26, 34
Ulisses Henrique Tizoco	46
Vinícius Bonsignori	23
Vinicius Cardoso Nunes	26
Vinicius Pereira de Oliveira	48
Vitor da Silva Costa	49
Wagner de Azevedo Pedroso	26
Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira	29
Yasmin Rodrigues Roque	23

11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional

13, 14 E 15 DE SET

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

2023



REALIZAÇÃO:



INSTITUIÇÕES APOIADORAS:



APOIO:

